

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

ELZAHRA M. R. O. OSMAN

**A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS:
FORMULAÇÕES SOBRE A VIDA PÚBLICA BRASILEIRA NAS
DÉCADAS DE 1920 A 1940.**

BRASÍLIA, 2007

ELZAHRA M. R. O. OSMAN

**A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS:
FOMULAÇÕES SOBRE A VIDA PÚBLICA BRASILEIRA
NAS DÉCADAS DE 1920 A 1940.**

**Trabalho de conclusão de curso superior
apresentado ao Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção de certificação de
bacharelado em Ciência Política.**

ORIENTADOR: Professor Dr. FÁBIO VERAS DE SOUZA

BRASÍLIA, 2007

ELZAHRA M. R. O. OSMAN

**A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS:
FOMULAÇÕES SOBRE A VIDA PÚBLICA BRASILEIRA
NAS DÉCADAS DE 1920 A 1940.**

**Trabalho de conclusão de curso superior
apresentado ao Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção de certificação de
bacharelado em Ciência Política.**

APROVADO EM 13 DE JULHO DE 2007

BANCA EXAMINADORA:

PROFESSOR Dr. FÁBIO VERAS DE SOUZA
(Orientador)

PROFESSOR Dr. RICARDO WARENDORFF CALDAS

PROFESSOR Dr. PAULO CÉSAR NASCIMENTO

BRASÍLIA, 2007

DEDICATÓRIA

**Àqueles que ainda acreditam e lutam sob a possibilidade real de um Brasil
atuante e justo.**

AGRADECIMENTOS

A tudo e a todos que me ajudaram na realização deste trabalho monográfico. A tudo e a todos que me dão a possibilidade de ser melhor sempre.

SOMOS O QUE FOMOS OU FOMOS O QUE SOMOS?

Fado Tropical

Chico Buarque

"Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo...(além da
sífilis, é claro)
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."

Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto
De tal maneira que, depois de feito
Desencontrado, eu mesmo me contesto

Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito
Me assombra a súbita impressão de incesto

Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadora à proa
Mas o meu peito se desabotoa

E se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa
Pois que senão o coração perdoa..."

Hino de Duran

Chico Buarque

Se tu falas muitas palavras sutis
E gostas de senhas, sussurros, ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar
Nas pedras do teu próprio lar

Se trazes no bolso a contravenção
Muambas, baganas e nem um tostão
A lei te vigia, bandido infeliz
Com seus olhos de raio-x

Se vives nas sombras, freqüentas porões
Se tramas assaltos ou revoluções
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de dobermann

E se definitivamente a sociedade só te tem
Desprezo e horror
E mesmo nas galeras és nocivo
És um estorvo, és um tumor
A lei fecha o livro, te pregam na cruz
Depois chamam os urubus

Se pensas que burlas as normas penais
Insuflas, agitas e gritas demais
A lei logo vai te abraçar, infrator
Com seus braços de estivador
Se pensas que pensas (etc.)

RESUMO

Esta monografia tem por finalidade investigar de que modo os trabalhos sociológicos, realizados por intelectuais brasileiros do início do século passado, com fins à descoberta de nossa identidade nacional, vieram a compor os adjetivos utilizados, na percepção comum e na análise acadêmica, das feições de um espaço público brasileiro. Para que este intuito fosse atingido, optou-se por analisar uma determinada tradição cultural, àquela referente ao pensamento político brasileiro, cujo foco apresenta-se na investigação do como as peculiaridades de uma determinada cultura do homem brasileiro poderiam legar as formas e processos das instituições e dos institutos republicanos.

Palavras-chave: identidade nacional, cultura brasileira, intelectuais, pensamento político brasileiro, vida pública, espaço público, República Velha, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre.

SUMÁRIO

ASSUNTO	PÁG.
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO.....	10
1.1 A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2 A QUESTÃO DA PESQUISA	12
1.3 METODOLOGIA E ETAPAS DE ESTUDO	14
CAPÍTULO 2	
CULTURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL	16
2.1 CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA BRASILEIRA.....	16
2.2 O DISCURSO DA IDENTIDADE NACIONAL.....	18
CAPÍTULO 3	
OS INTELECTUAIS E A NAÇÃO	23
3.1 OS INTELECTUAIS E A NAÇÃO.....	23
3.2 OS INTELECTUAIS BRASILEIROS DE 1920 A 1940.....	25
3.2.1 Os Intelectuais ea Construção da Nação.....	25
CAPÍTULO 4	
A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS.....	36
(A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA)	
4.1 A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS.....	36
4.2 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA	38

4.2.1 Antecedentes	38
4.2.2 O Reformismo Autoritário	40
4.3 O PAPEL DAS IDÉIAS NA MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA	42
4.3.1 As idéias fora do lugar.....	45

CAPÍTULO 5

A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS.....	51
(IDENTIDADE NACIONAL E ETHOS PÚBLICO)	
5. 1 AS IDÉIAS ESTÃO NO LUGAR	51
5.2 PENSAMENTO POLÍTICO: DA IDENTIDADE NACIONAL	54
5.2.1 A originalidade e o lugar comum de algumas idéias	54
5.3 A IDENTIDADE NACIONAL EM OLIVEIRA VIANNA, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E GILBERTO FREYRE.....	60
5.4 AS FORMULAÇÕES SOBRE O ETHOS PÚBLICO	68
5.4.1 A Identidade da Vida Pública.....	70

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
BIBLIOGRAFIACOMPLEMENTAR.....	89
ANEXOS	90

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I Quadro sobre o Caráter Brasileiro segundo alguns de nossos Intelectuais. Fonte: Chauí, 2000.	90
ANEXO II Uma Crônica.....	93

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A inspiração que me conduziu para esta pesquisa monográfica surgiu de uma dúvida, qual seja, compreender por que formulações sobre uma determinada identidade nacional caracterizariam também outras nações. Esta dúvida surge no contexto específico das aulas sobre o pensamento político brasileiro e seus pensadores – ou intelectuais. Na ocasião, discutia-se em que medida estas formulações, que se constatou serem discursos advindos de um lugar específico de fala, são responsáveis pela reprodução acadêmica e social de uma imagem monolítica sobre a vida pública brasileira. E em que medida, também, dificultariam a emergência de novos discursos e soluções políticas para o Brasil.

Constantemente, presenciamos explicações às ditas mazelas sociais, político-econômicas que fazem referência a traços específicos originais do ‘ser brasileiro’. Nosso povo, diferente de qualquer outro no mundo, seria tanto o portador de características genuínas positivas como a bondade, a generosidade, a solidariedade, a honestidade etc. quanto das negativas, o descaso pela coisa pública, o desinteresse pela política, o ‘jeitinho brasileiro’ que transpõe para a vida pública a lógica privatista das relações pessoais. Ambos os grupos de adjetivos conformando simultaneamente a vida privada e a vida pública nacional a partir do que se convencionou chamar de identidade nacional brasileira.

Assim, um determinado resultado eleitoral poderia ser traduzido como consequência da incapacidade de escolha política do brasileiro, já que nosso povo alienado da coisa pública não estaria pronto para o pleno funcionamento da democracia. ‘O Brasil não iria nunca para frente’, uma vez que somos desorganizados e pouco afeitos a regras e normas, desrespeitando inclusive as instituições. Aqui só galgaria algum posto de poder político ou econômico quem

fosse apadrinhado de um barão, coronel ou político e, sendo assim, no Brasil os interesses privados estariam sempre conformando os interesses públicos.

O que mais nos incentivou a aprofundar as pesquisas relativas às características da identidade nacional brasileira foi ao mesmo tempo sua tradicional fundamentação num suposto ‘caráter’ do povo e na forma expandida que esta assumirá no Brasil, constituindo as características de nosso espaço público. Mais ainda, porque formulações sobre a nossa vida pública, datadas das décadas de 1920 a 1940, continuam a perfilar em obras de sociologia e de política, ao longo do século XX até nossos dias, como verdades incontestes, ou, ainda, reproduzidas pela mídia, pela arte, por políticos e intelectuais? Quem são os formuladores destes discursos sobre a brasilidade e em que medida influíram na constituição de nossa vida pública e na então convencionada ‘modernização autoritária’?

Poderíamos dizer que o pensamento político autoritário que prossegue alinhado às formulações sobre o nosso espaço público foi a primeira tentativa de aproximação de nosso objeto de estudo. Daí então compreendê-lo dentro de uma tradição sobre a identidade nacional, delineada pelos nossos intelectuais, preocupados em definir o ser nacional, com fins a estabelecer pontes para uma futura modernização da república brasileira, passou a ser um caminho natural.

O Pensamento Político Autoritário, bem como o pensamento Político Identitário, do segundo quartel da década passada, que acabaram por servir de referência teórica indispensável a qualquer um que pretendesse estudar o Brasil, estarão em foco nesta monografia, na medida em que são origem e referência de um mesmo discurso sobre o nosso espaço público. Mas também, serão analisados no contexto específico da necessidade de uma suposta ‘construção’ e ‘modernização’ do Estado-Nação brasileiro, delegadas aos nossos intelectuais do período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. O que pretendemos investigar é em que medida estes discursos influíram nas políticas do pós-revolução de 30 ou foram por elas ratificadas até concluir-se que a vida pública brasileira estava fadada às mesmas relações de mando e servilidade coloniais.

Apesar do esforço da historiografia brasileira em reconhecer exemplos de organização do povo (ou de uma incipiente sociedade civil) desde a Colônia até a República, em movimentos sociais caracterizados tanto pela tentativa de assegurar direitos, quanto pela reivindicação de acesso amplo à arena pública, perdura no Brasil, talvez no que pudesse definir como imaginário político, discursos que o deslegitimam porque originados de ‘falas’ sobre a pouca importância que tem a política para a gente do Brasil. Os movimentos são, geralmente, de ‘gente que não tem o que fazer’ ‘que deveriam se preocupar em trabalhar para conquistar o seu, ao invés de ficar atrapalhando o trânsito’; Às vezes inconsistentes, outras, criminalizados, a possibilidade de percebê-los, pelos diversos setores da sociedade brasileira, como movimentos políticos democráticos republicanos e autênticos ficam embaçados pela percepção de um ‘ethos’¹ da vida pública brasileira que os caracterizam pela sua anomalia ou até inexistência.

1.2 QUESTÃO DA PESQUISA

Iniciaremos o estudo da constituição do nosso espaço público através da revisão da literatura sobre as construções da identidade nacional empreendidas pelos intelectuais das décadas de 1920 a 1940. Este teria sido o período em que nossos intelectuais se preocuparam em descobrir quem era o brasileiro e como se relacionava com as instituições coloniais e com as recentes instituições republicanas. Porque o conceito de identidade nacional relacionou-se intimamente com o de cultura brasileira, estudaremos o processo no qual este último teria servido de subsídio ao discurso do segundo. Ou seja, a cultura brasileira e a identidade nacional são ambas construções teóricas que sempre figuraram conjuntamente no mesmo discurso que está em busca da originalidade cultural do povo e da nação. No caso brasileiro, os artífices desta construção foram os intelectuais que legitimaram a defesa teórica e prática de políticas estatais modernizantes que condiziriam com o ‘ser brasileiro’.

¹Utilizamos ‘ethos’ como em LAVALLE,2004: ênfase em um núcleo altamente estilizado de determinações culturais e psicológicas profundas (familismo, cordialidade, privatismo ou incivilidade, por exemplo), que além de constituírem o âmago da identidade nacional, transbordam-na fundando e modelando o espaço público.

Do modo como se construiu a nossa identidade nacional, entendemos que analisar como os intelectuais se relacionavam com as necessidades do Estado e com as suas próprias fosse importante para compreender em que medida a urgência do momento que era a construção de uma identidade nacional teria influído em sua literatura.

Assim, uma segunda literatura fora consultada, aquela referente aos ‘intelectuais brasileiros’ e, novamente, outra, que se debruçara sobre alguns intelectuais em específico.

Escolhemos três autores, relacionados àquela tradição, com o intuito de nos reportarmos a alguns dos elementos do núcleo do ethos públicos (referência a como se constitui a vida pública no Brasil) e que, teoricamente, estaria presente na maioria dos autores que discorreram sobre nossa vida pública no início do último século. Elegemos Oliveira Vianna, como um dos autores analisados, por ser também um autor tradicional da corrente autoritária brasileira e outros dois intelectuais que se consideravam democratas, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Além das inúmeras diferenças conceituais e políticas entre ambos, a escolha deu-se principalmente quanto ao fato de concorrerem em tradições intelectuais divergentes sobre a herança portuguesa no Brasil, já que, para o primeiro, esta teria sido positiva, delineando a brasilidade como construto cultural harmônico e de êxito, enquanto que, para o segundo, esta seria uma ‘herança maldita’ que obsta o desenvolvimento do nosso espaço público sob bases modernas. Estes três autores animaram, com sua literatura, diversas outras análises sobre o nosso espaço público, constituindo referência obrigatória aos que pretendem entender a vida pública no Brasil durante o período republicano até nossos dias.

A política dos intelectuais refere-se, então, às construções teóricas sobre a identidade nacional que tornaram-se referente para o ‘lugar-comum’ sobre a política brasileira e da qual, correntemente, utilizam-se as diversas tradições intelectuais quando em análise do espaço público; tanto quanto à influência que tiveram as suas idéias na modernização autoritária brasileira, menos em sentido deterministas como

a alegar uma suposta causa – consequência de sua produção intelectual, e mais tendo em compreensão o fato de que eles, neste período, terem assumido a responsabilidade de edificar um Estado-Nação e construir uma identidade nacional que lhe desse legitimidade social sob bases sociais outras, além da jurídica, neste caso também a ‘cultural’.

Por isso, além de deslindarmos as construções sobre a cultura brasileira, identidade nacional e os artífices destas, os intelectuais, achamos necessário nos reportamos também à conjugação entre uma análise negativa dos nossos intelectuais sobre o espaço público (se não anômalo, caracterizado como ausente pela literatura que produziram) e o modo como se caracterizou a modernização brasileira, para muitos, pelo modo autoritário, esta que começa antes do fim da República Velha e terá seu ápice com o golpe de 1937. O que nos ajudaria a compreender as duas faces de uma mesma moeda, a obliteração real do desenvolvimento do nosso espaço público, e os discursos sobre a sua anomalia/ausência, que continuam a animar as teorias sobre a sua impossibilidade no Brasil, já que encravado no ‘ethos’ de nossa vida pública, categoria de análise, unicamente através do qual ele é percebido.

1.3 METODOLOGIA E ETAPAS DO ESTUDO

No capítulo 2, tratamos de discorrer sobre a construção do conceito de cultura e de identidade nacional no Brasil através dos autores críticos a elas, tanto porque a julgam por ‘ideológica’, petrificando determinado ‘caráter do ser brasileiro’, sua cultura e identidade nacional, quanto porque vêem nela a origem das feições características da nossa vida pública, que teriam influenciado o discurso único sobre o nosso espaço público. No capítulo 3, analisamos o processo em que os intelectuais brasileiros se dispõem a utilizar de suas penas na construção de uma identidade nacional com fins à construção e modernização do Estado brasileiro, principalmente o processo referente ao início do século passado. No quarto capítulo será analisado tanto o processo de modernização brasileira pela via autoritária quanto a influência do discurso intelectual no processo. No quinto capítulo tratamos

das formulações da identidade nacional e seu correspondente transbordamento ao espaço público, nas obras de Gilberto Freyre, principalmente em *Casa Grande & Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, unicamente em *Raízes do Brasil*, e Oliveira Vianna, em várias de suas obras de sociologia e política brasileiras, sempre pela mão dos estudiosos que se dispuseram a olhar de modo críticos estas mesmas formulações.

CAPÍTULO 2

“Tendo viajado o mundo todo, não encontrei em outro lugar um espírito de cordialidade como o daqui, e uma raça tão verdadeira por possuir um pouco de cada raça.” ²

CULTURA BRASILEIRA E IDENTIDADE NACIONAL ³

2.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA BRASILEIRA

O início do século XX é visto pela historiografia como o momento em que nossos intelectuais interpretaram a Nação, é a hora dos ‘explicadores’ do Brasil (MOTA, 1990) e do desenvolvimento de noções teóricas como cultura brasileira, cultura nacional, e Identidade nacional: é quando ocorre a ‘redescoberta’ do Brasil pelos nossos intelectuais⁴. Seria a origem de uma tradição de produções sociológicas sobre o Brasil que Dante Moreira Leite (MOTA, 1990) taxou de ‘A história de uma ideologia, a do caráter do homem brasileiro’. E que MOTA prossegue analisando com o pretexto de investigar ‘os pressupostos ideológicos que jazem na base de formulações sobre o que seja uma cultura (‘brasileira’, ‘nacional’, ‘popular’, de ‘massa’ etc.) (...) “cultura como reconhecimento de uma realidade” (MOTA, 1990: 19).

A ideologia a qual se referem será aquela relacionada à produção intelectual em busca do ‘ser’ brasileiro, “é uma história das ideologias a partir da crítica às visões/interpretações realizadas a propósito da chamada ‘cultura brasileira’, que é ‘rediscutir as matrizes das formas de pensamento sobre a cultura brasileira para seus ideólogos’ (MOTA, 1990: 19). Para ambos os autores, o pensamento político produzido sobre o Brasil naquele momento deveria ser entendido através de seus

² Pitanguy, Ivo. In Camacho, Marcelo. *1001 razões para gostar do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

³ Empréstado o título do livro de Renato Ortiz (1994).

⁴ Momentos em que obras decisivas vieram à luz: a- redescobrimento do Brasil (1933-1937), b- primeiros frutos da universidade (1948-1951), c- era de ampliação e revisão reformista (1957-1964), d- revisões radicais (1964-1969), impasses da dependência (1969-1974). (MOTA, 1990: 27).

formuladores, pois é dessa feita que uma determinada ideologia sobre o caráter brasileiro e a Identidade nacional pode ser compreendida. Os intelectuais (ORTIZ, 1994, 1994) teriam produzido uma literatura elitista provinda de uma tradição oligárquica, a de perceber o Brasil através de seus próprios interesses de classe. Pelas idéias européias mais em voga, puderam formular o conceito de caráter nacional.⁵

O que nos interessa do esforço de ambos os autores é a preocupação que apresentam em localizar a produção teórica sobre a cultura brasileira que dará ensejo às formulações sobre uma Identidade Nacional. Que é também seguir alguns dos passos já realizados por MOTA (1990) na busca de compreender a continuidade de certos conceitos acabados, e diagnósticos sobre a brasilidade que dão por encerrada a problemática da construção de uma identidade nacional.

O conceito de cultura brasileira surge inicialmente em substituição ao conceito de raça brasileira. Intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, procuraram no homem mestiço brasileiro, no estudo do clima e da geografia, os elementos fundamentais de percepção do que constituía a brasilidade (ORTIZ, 1994). Em termos deterministas poderíamos explicar 'a natureza indolente do brasileiro, o lirismo dos poetas, o nervosismo e a sexualidade do mulato, a tibieza e a insegurança do intelectual' (ORTIZ, 1994:10). Embora o conceito de raça deixe de ser utilizado, as implicações do que venha a ser um caráter brasileiro advindo agora de formulações cuja base jaz na cultura da mestiçagem, continuam a servir de subsídio para as formulações de nossa identidade nacional.

"O Caráter brasileiro é sempre algo pleno e completo, seja essa plenitude positiva (como no caso de Afonso Celso, Gilberto FREYRE ou Cassiano Ricardo, por exemplo) ou negativa (como no caso de Sílvio Romero, Manoel Bonfim ou Paulo Prado, por exemplo). Em outras palavras, quer para louvá-lo, que para depreciá-lo, o 'caráter nacional' é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma 'natureza humana'determinada" (CHAUÍ,2000: 21).

⁵ Marilena Chauí (2000: 21) ao citar a obra de Dante Moreira Leite, afirma que o conceito de caráter nacional teria surgido da combinação de determinados fatores como o momento sóciopolítico, a inserção de classe e as idéias européias mais em voga em cada ocasião.

A época dos grandes ensaios das causas étnicas, geográficas e das conseqüentes subcausas psicológicas, que caracterizaram os estudos do final do século XIX sobre a brasilidade, não tem fim, portanto, com a adoção do conceito de Cultura. Mesmo com a sobrevivência das novas teorias da psicologia, sociologia e antropologia, absorvidas por autores como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre⁶, que delas se utilizavam como fundamento para o discurso de 'cientificidade' em sua abordagem do 'social'. Ao contrário disso, o que ORTIZ (1994) nos diz de forma contundente é que as teorias raciais e posteriormente as teorias culturais, apropriadas pela nossa intelectualidade harmonizava-se com a produção cultural que pretendia forjar a identidade nacional como resolução do problema da construção do Estado Brasileiro, tendo por princípio fundamental o 'nosso caráter'.

2.2 O DISCURSO DA IDENTIDADE NACIONAL

"sabemos todos que somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: o corajoso índio, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos. Quem de nos ignora que da mestiçagem nasceu o samba, no qual se exprimem a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa? Quem não sabe que a mestiçagem é responsável por nossa ginga, inconfundível marca dos campeões mundiais de futebol? Há quem não saiba que, por sermos mestiços, desconhecemos preconceito de raça, cor, credo e classe? Afinal, nossa senhora, quando escolheu ser nossa padroeira, não apareceu negra?" (CHAUÍ, 2000:6)

A ideologia do caráter brasileiro ou da cultura nacional persiste no modo como reconhecemos nossos traços culturais e os apresentamos como característicos de uma identidade nacional, num jogo de causa e efeito, porque conseqüência e origem de um mito fundador. Segundo Marilena CHAUÍ (2000), também legatária dos estudiosos que revisitaram as obras daqueles intelectuais que pensaram a cultura brasileira (como Mota e Leite), o mito seve como elemento de fundação da Nação.

O Estado-Nação, produto recente da modernidade, no intuito de assegurar a unidade territorial e política, se verá incumbido de forjar uma identidade étnica, lingüística e cultural dentro do território por ele circunscrito.

⁶ No caso de Gilberto Freyre, sua principal influência advém do culturalismo de Franz Boas. Já Oliveira Vianna fará uso de conceitos relacionados à psicologia social de Gabriel Tarde e dos estudos de Taine (ORTIZ, 1994).

Para que houvesse um Estado Moderno Brasileiro, precisou-se forjar sua correspondente Identidade Nacional. No entanto, é sabido que no Brasil compomos-nos de diversos grupos étnico-culturais e, preciso lembrar, que se inter-relacionaram pela lógica do sistema de dominação colonial. Não houve ‘intercâmbios culturais’ provindos de grupos com o mesmo *status* social e político. Por isso, o mito de origem surge como solução aos conflitos, tensões e contradições ‘que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade’ (CHAUÍ, 2000:9). E assim o é porque ele integra todos a uma mesma origem comum que não se alterna e petrifica no tempo a nossa originalidade étnica e cultural como também respectivo Estado. É a fundação do povo e da Nação através do mito cosmológico da união das três raças (o branco, o negro, o índio) que conta a origem do estado moderno brasileiro, e que sempre teria existido porque tem deitado raízes no próprio povo que o constitui.

“O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e , em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é , novos elementos vem se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (CHAUÍ,2000:10)

Contudo, antes que o mito das três raças servisse ao conceito do caráter brasileiro, precisou-se retirar do mestiço e de todas as suas formas culturais, a abordagem negativa que lhe imprimia as teorias racistas. O período da ‘redescoberta’ do Brasil será também o da necessidade de perceber que junto à modernidade, à urbanização e à industrialização do Estado Brasileiro, o contingente de mão-de-obra presente no Brasil não poderia ser ainda adjetivado pelos ‘defeitos e taras biológicas’ advogadas pelas teorias raciais cuja “A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro” (ORTIZ,1994, 1994:21).

O Estado Nacional, visto como meta e não como realidade presente, terá no mito da mestiçagem, agora positivado pelas teorias culturais, a segurança da existência e prevalência do povo bom, trabalhador, honesto, gentil, somente existente porque originário de uma multiplicidade étnica jamais vista em lugar

algum do mundo. No entanto, em estudo realizado sobre como se vêem os brasileiros, José Murilo de Carvalho apontará o motivo edênico ('a beleza exuberante da natureza brasileira') como a maior razão de orgulho nacional, enquanto o motivo satânico repousará na 'inadequação do elemento humano que habita o país' (CARVALHO, 1998: 38).

Alguns dos elementos negativos característicos do povo brasileiro mais votados foram a passividade, o sofrimento e o conformismo. 'Pior ainda, tudo isto é temperado pela alegria', (...) 'do ponto de vista político e cívico, é a própria definição do não-cidadão, do súdito que sofre, conformado e alegre, as decisões do soberano. Povo como vítima, paciente e não agente da história. Não se vê nem como agente direto, nem como agente indireto da política (CARVALHO, 1998: 72).

Para lá da tentativa de desvendar sob qual lógica elementos do caráter brasileiro tão divergentes convivem em um mesmo imaginário social, e em que medida correspondem à realidade, resta-nos a explicação do mito que procura atender às contradições não resolvidas no plano da realidade, como afirma CHAUÍ (2000), o mito que agrega em uma mesma narração mitológica tudo quanto é brasileiro para transformá-lo em nacional. No entanto chamamos atenção para algo que será analisado nos capítulos seguintes: as características positivas em sua maioria circunscrevem-se sempre ao traço psicológico do indivíduo, enquanto às negativas o reportam a sua atuação no espaço público. Assim, conviviriam a cordialidade e a discriminação racial, a generosidade e a desigualdade social, a violência e a inexistência de guerras, o tráfico de influências e a modernização da política brasileira.

Como assinalará LAVALLE (2004) a noção de cultura, desenvolvida pelos nossos intelectuais, apropriada e empregada como substrato psicológico de um povo, por onde visualizamos a forma como se conjugam as demais estruturas sociais, torna-se não a solução que surge em substituição às teorias raciais, mas sim, parte do problema. A constituição das novas teorias sobre a identidade brasileira precisariam então ser revistas a partir do que constitui seu primevo conceito, o conceito de cultura brasileira.

O discurso da identidade nacional serve a que o Estado tenha outras bases sociais além da jurídica. Como o conceito de ‘caráter’ petrifica as medidas e possibilidades de uma cultura, a ‘identidade nacional’ pelo seu caráter unificador tenderá a arregimentar um conjunto de proposições sobre o povo e a nação que sirvam aos interesses imediatos da construção do estado nacional. Por isso a problemática da cultura e da identidade nacional torna-se uma questão política. Ainda que aponte os usos a que serve este conceito forjado em processos históricos políticos diferentes de tempo e lugar, sempre de forma política porque ligada a problemática do que seja ou não a cultura de um povo, ORTIZ (1994) nos diz que,

“toda identidade é uma construção simbólica (a meu ver) necessária, o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (ORTIZ,1994:08).

A ideologia é o mecanismo intelectual utilizado para a construção dessa identidade nacional, ela “se define assim como uma concepção de mundo orgânica da sociedade como um todo (ou visando a totalidade) e como tal age como elemento de cimentação da diferenciação social” (ORTIZ, 1994:136/137), porque circunscreve proposições e conceitos dentro de um corpo teórico. Já a memória coletiva é o legado particular de cada grupo social. Ela não pode ser apropriada em seu conjunto porque sua existência depende das pessoas que partilham desta determinada cultura. Ela é da ordem da vivência, enquanto a ‘memória nacional’ é um discurso de segunda ordem (ORTIZ, 1994:137) que se impõe a todos os grupos sociais de um determinado território. Por isso, ‘nada unifica um candomblé, um reisado, uma folia de reis, uma carnalhada, a não ser um discurso que se sobreponha a realidade social (ORTIZ, 1994:138).

“Na verdade a invariância da identidade coincide com a univocidade do discurso nacional. Isto equivale a dizer que a procura de uma ‘identidade brasileira’ ou de uma ‘memória brasileira’ que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os ‘verdadeiros’ valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesse elas servem?” (ORTIZ, 1994, 1994:139).

Como articularam, os intelectuais, os elementos culturais que servissem a construção de uma identidade nacional que viesse dar nas feições características da vida pública brasileira será analisado nos próximos capítulos. Primeiro através da análise do lugar social do intelectual ‘construtor’ da identidade nacional e, posteriormente, em como se configurou no Brasil um ‘ethos’ (“modo de orientação das condutas e percepções, dos modos de pensar e agir sobre o espaço público, complexo de valores que rege a conduta no mundo social e político nas suas relações com o mundo privado” (BRESCIANI, 2003)) da vida pública. Ou seja, perder de vista o caráter de discurso de segunda ordem tanto da identidade como do ethos público é transformar ambos os conceitos em categorias científicas inquestionáveis e legítimas em suas tentativas de compreensão do Brasil. É reificar o mito da brasilidade que é também naturalizá-lo.

CAPÍTULO 3

“... estava definida, para mim mesmo, não só uma das minhas vocações, como até uma das minhas missões: a de procurar fazer que os conhecimentos antropológicos e sociológicos por mim adquiridos (...) se tornassem o lastro ou a base de toda uma reinterpretação sistemática das próprias origens brasileiras: de revalorização do desenvolvimento pré-nacional e nacional do Brasil; de reorientação do nosso próprio destino”⁷.

OS INTELECTUAIS E A NAÇÃO

3.1 OS INTELECTUAIS E A NAÇÃO

Ao estudarmos as produções teóricas dos intelectuais estamos em busca de descobrir em que medida seu pensamento encontra alguma ressonância nas representações políticas do imaginário social, tanto no plano simbólico quanto nas práticas cotidianas, que se atualiza, respectivamente, através das produções artísticas, acadêmicas, culturais e na constituição dos institutos do espaço público.

Somente porque são produtores de conhecimento ou intérpretes da realidade social não seria motivo suficiente para que os tivéssemos como um dos ângulos do objeto de estudo sobre as formulações da vida pública no Brasil. Aqui então me valho da conceituação de VIEIRA (1996) para quem o intelectual é tido ‘como o integrante de uma categoria portadora de um arcabouço de conhecimentos que o torna capaz de elaborar e difundir visões de mundo e interpretações sobre a vida social capazes de orientar a ação coletiva’.

Já a noção de cultura política de PÉCAULT (1990) talvez nos auxilie a compreender porque elegemos alguns intelectuais como pertencentes a uma tradição, não necessariamente de mesma orientação política, mas voltada a problematização do mesmo tema, no caso, a constituição genética do nosso espaço público. Então, cultura Política para Pécault, diferentemente da utilizada

⁷ [Segundo BASTOS, (1986,48) Apud FREYRE]. FREYRE, Gilberto, *Como e porque sou e não sou sociólogo*, Brasília, UNB, 1968, 48-49.

correntemente pelas mais diversas literaturas, como representações do imaginário político de um povo, estará vinculada a uma determinada tradição do pensamento político brasileiro da qual se valem outros intelectuais nas suas próprias formulações sobre os diversos fenômenos políticos. Ou seja, a cultura política é vista como o fator constituinte da identidade destes intelectuais.

Isso posto, compreender de onde se originam os discursos torna-se fator de indiscutível relevância se quisermos compreender como interpretações sobre uma dada realidade influenciam no modo como a vemos. Mais, seria impossível pensarmos nas diversas atuações políticas sem constataremos que são das idéias que provem a moeda forte de estabelecimentos e decaídas dos discursos políticos. Não há realidade que exista sem um pré-construtor simbólico, como não há teóricos que não advoguem pertencer a elite dos que conseguem traduzir a realidade.

Os intelectuais são então os agentes intermediários da realidade, são os construtores simbólicos, o seu produto sendo as teorias. Por isso são a ponte entre o Estado e a sociedade, é através deles que o particular elemento de um determinado grupo social poderá ser integrado em um todo universal e coerente, o da identidade nacional, “se os intelectuais podem ser definidos como mediadores simbólicos é porque eles confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global” (ORTIZ,1994:139). “É por meio do mecanismo de reinterpretção que o estado, através de seus intelectuais, se apropria das práticas populares para apresentá-las como expressão da cultura nacional” (ORTIZ, 1994:140).

Neste capítulo discutiremos como os intelectuais das décadas de 1920 a 1940 se perceberam como agentes formadores da nação e tomaram para si a responsabilidade de sua fundação, da construção de uma identidade nacional, e “conseguiram ser reconhecidos como elite dirigente, desfrutando do privilégio de situar-se, como o Estado, acima do social” (PÉCAULT, 1990:18). E, como consequência, também formuladores, diretos e indiretos, das políticas de modernização do estado.

3.2 OS INTELECTUAIS BRASILEIROS DE 1920 A 1940

3.2.1 Os Intelectuais e a Construção da Nação

Os intelectuais em estudo são conhecidos por serem os 'intérpretes' do Brasil, pois não teriam se limitado a relatar fatos da história brasileira. Embora tenhamos nos proposto a estudar apenas três deles (Francisco Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre) pelos motivos já expostos, é importante lembrar que não foram os precursores dos estudos que se utilizavam do instrumental sociológico com fins a extrair da realidade caminhos de entendimento do que se constituía em fatos sociais nacionais. Já citamos Silvio Romero (estudioso da literatura brasileira), Euclides da Cunha (quem fundamentou o caráter psicológico do sertanejo), Nina Rodrigues (que estudou as expressões culturais e religiosas dos negros brasileiros) (ORTIZ, 1994). E, também, poderíamos citar o expoente do pensamento autoritário brasileiro, Alberto Torres, como também Francisco Campos, Fernando Azevedo, Nestor Duarte e muitos outros que como os nossos autores são conhecidos pela pecha de intérpretes da realidade brasileira.

O que, no entanto, diferencia esta geração da anterior é o radicalismo de suas interpretações que, segundo MOTA (1990) e LAVALLE (2004) a partir da utilização do instrumental da psicologia, sociologia e antropologia, cujo acesso, pela maior facilidade de obtenção de informação configurada pelo barateamento do livro e pela possibilidade de edição de produções nacionais, no início da República (OLIVEIRA, 1980), permitiu a esses autores se desvencilharem do conceito de raça como constituidora da nação e passar a compreender o Brasil sob bases de sua formação histórica-política e cultural, a realidade sem deturpações ou mistificações alcançada pela sociologia, única capaz de salvar o Brasil, capaz de orientar a ação do estado e a ação organizadora da sociedade(OLIVEIRA,1980).

O discurso é esse, e embora haja elementos da obra desses intelectuais que confirmem a enorme relevância de seu novo olhar sobre o Brasil, veremos que muitas de suas formulações ainda devem à tradição intelectual (cultura política como especificado acima) anterior. O que caracterizará a geração de

intelectuais que redescobriram o Brasil, ou pretenderam encontrá-lo, será sem dúvida a crença na missão patriótica que sua posição social lhe infligia, a de pensar soluções para que um novo Brasil pudesse existir. A receita básica era pensar no Brasil de forma realista, nem de modo folclórico, mas também não como fizera a geração anterior, geração perdida porque pensando o Brasil através das idéias cosmopolitas e universais; perderam de vista a especificidade de sua própria formação política e social, portanto, teriam perdido de vista o Brasil e suas reais necessidades.

Era chegada a hora de os intelectuais assumirem sua posição social de mediação entre a sociedade e o Estado. Ou seja, entre a realidade e a política.

“a produção intelectual brasileira do período não é acadêmica no sentido estrito. É verdade que são sobretudo os bacharéis que produzem ensaios sobre o momento político; são os médicos, mantendo a tradição das escolas de medicina como centros de cultura; são os engenheiros que, muitas vezes no contato com o interior, vão sugerir o desenvolvimento dos meios de comunicação como premissa para a unificação nacional. Independente de sua formação acadêmica, e desempenhando atividades nem sempre correlatas a ela, ou seja, ainda que se atribua o despertar da ‘consciência nacional’ ao ambiente cultural das escolas ou à situação profissional, o certo é que os brasileiros pertencentes à elite letrada contribuíam para o esforço de reconstrução nacional, através da crítica e da apresentação de projetos.”. (OLIVEIRA, 1980:34)

Esta mediação dar-se-ia tanto através das idéias quanto da intervenção política:

“No Brasil dos anos 20, os projetos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. Tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional (PÉCAULT, 1990:22).

O vácuo interpretativo advindo do bovarismo⁸ dos intelectuais da dita ‘geração perdida’ da República Velha, deixava o Brasil a mercê de uma elite que não conseguia compreendê-lo porque na verdade nunca havia se debruçado sobre ele. O momento era de questionamento dos valores liberais, da adequação do Brasil a eles, dos movimentos totalitários que advogavam por um papel mais atuante do Estado na vida social. Era o momento de crítica à constituição de 1891 que fundara a República, à elite intelectual e dirigente. Enquanto não fugíssemos dos

⁸ Bovarismo foi o termo cunhado por Sérgio Buarque de Holanda para conceituar uma elite que estaria alienada da realidade nacional porque educada para pensar a política brasileira através da produção intelectual estrangeira.

artificialismos produzidos por ela, não poderíamos pensar uma nova nação. Esta função, a tomaram para si os intelectuais, “todo homem que empunha uma pena no Brasil deve ter uma vista assentada para tais assuntos, se ele não quer faltar aos seus deveres, se não quer embair o povo” (ORTIZ,1994).

O discurso de compreensão da realidade nacional ganhará projeção pelas concepções científicas presentes na época. O evolucionismo biológico de Darwin, o evolucionismo social de Spencer, o positivismo de Comte, adotadas principalmente pelos autores da corrente autoritária, serão o mote de apreensão da realidade. Assim, compreender a realidade nacional fazia-se possível principalmente através da adoção do método científico. Para que pudessem vir a influir no mundo político, as idéias precisariam ser ordenadas em bases realistas. Os intelectuais tornam-se tanto o artífice da realidade nacional, quanto da política que fiel a ela deveria construir um ‘modelo alternativo de organização político institucional’ condizente a constituição histórica, política e social de nosso povo.

“a maioria dos autores, independentemente de terem produzido um relato dos acontecimentos ou uma análise mais elaborada da conjuntura brasileira, está em dia com a tarefa que sua geração se propôs, está pensando o momento político, está fazendo uso das alternativas de debate e de luta política em sintonia com as transformações de seu tempo. E, após a revolução de 30, na vigência de um período histórico de grande incerteza, esta plêiade de intelectuais está disposta a aceitar posições, tanto nos órgãos do estado quanto em movimentos políticos que lhe permitam desempenhar o papel da boa elite.” (OLIVEIRA, 1980:34)

Está-se aqui se referindo a uma elite que tomou papel importante na construção do Estado Novo. Os intelectuais estreitam seus laços com o estado ainda quando condenam o autoritarismo pós-golpe de 37 porque estavam imbuídos da construção da nação, tanto através do delineamento das ‘soluções’ para os problemas brasileiros, como pela ocupação de postos públicos. Agora legitimados os seus discursos, pelo valor da ‘ciência’ e da ‘realidade’, lograram realizar seus fins “com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos, ao elaborar um projeto nacional, esta elite está ocupada, também, em definir o seu papel no processo político” (OLIVEIRA, 1980: 20).

Como salienta MICELI (1979), os autores de obras políticas inspiradas pelas correntes do pensamento determinista europeu, os ditos autoritários, foram os

principais convocados por competência e saber a compõem a elite burocrática do Estado Novo. Obviamente, a ocupação em postos de cúpula lhes permitiram influir nas novas políticas estatais.

Embora a atuação burocrática e política desses intelectuais no governo do Estado Brasileiro não nos interesse para fins desta monografia, faz-se necessário apontar não apenas a preparação intelectual do modelo autoritário que logo iria se estabelecer com o golpe de 37, mas que é também “conhecido seu papel nas transformações institucionais subseqüentes: a atuação de Oliveira Vianna, p. ex., na implantação das instituições previdenciárias e do sistema sindical de corte corporativista, e de Francisco Campos na reforma educacional e como ministro do estado novo” (Bolívar, 1997:346).

Acreditamos que tanto os fatores históricos, quanto os estruturais e as ações dos agentes sociais são influências para novos rumos que tomam o curso da história (REIS, 1982). As concepções autoritárias sobre a política brasileira não teriam respaldo social se não tivessem solo fértil para tanto, como também não teriam tido a receptividade que tiveram se a Revolução de 30 tivesse falhado. É importante salientar o que OLIVEIRA nos coloca, “o estilo de pensamento, e suas intenções básicas instruídas a partir dos temas veiculados, está relacionado à posição do intelectual na sociedade em que vive e às possibilidades de influência de seu trabalho junto ao público” (OLIVEIRA, 1980). Porque não advogamos a gravidade de apenas um deles no desenvolvimento do curso histórico, nos predispomos à oposição a qualquer tipo de determinismo.

Mas como defendem muitos autores, e aqui cito Bolívar Lamounier (1997), a revolução de 30 logrou no campo da práxis política estabelecer um autoritarismo latente, tanto nas idéias quanto nas práticas da vida social brasileira. Segundo este autor, as reflexões históricas sobre a política iam sempre dar na necessidade de fortalecimento do poder público central porque assim compreendiam o desenvolvimento e o progresso social para o Estado brasileiro; mas também, o meio de atender a suas aspirações pelos altos cargos públicos de sua burocracia, “frequentemente vinculados por dependências ou por profissão ao serviço do

estado, é compreensível que dedicassem significativos esforços à reflexão histórica-política expressando através dela um anseio de fortalecimento do poder público central (LAMOUNIER, 1997:356).

“É verdade que nem todos os intelectuais da época partilham das mesmas concepções políticas. Muitos simpatizam com os diversos movimentos autoritários surgidos após 1930, ou mais tarde aderem ao Estado Novo instaurado em 1937”. (...) “Em sua grande maioria, contudo, mostram-se de acordo quanto à rejeição da democracia representativa e ao fortalecimento das funções do Estado”. (...) “Assim, apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um *status* de elite dirigente, em defesa da idéia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade” (PÉCAULT, 1990: 15).

Somente uma elite técnica e bem preparada estaria apta a conduzir o Estado sob mãos fortes para o seu desenvolvimento. “No caso brasileiro, essa visão elitista implicava não só no respeito por uma hierarquia social, herdada ou adquirida, mas determinava também as teorizações da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico” (PÉCAULT, 1990:30). A ‘nova’ elite que viesse em substituição a anterior deveria ser tanto portadora do conhecimento da realidade nacional, quanto apta a agir efetivamente no mundo político. Como é recorrente, ‘o discurso tecnicista’ também está aqui representado: enquanto a democracia na primeira república fora um governo feminino porque fraco - impossibilitado de levar adiante as decisões de um parlamento também à mercê da eterna luta de opiniões -, um governo forte, dirigido por uma elite que soubesse das nossas reais necessidades e da forma como saná-las, estaria condizente com o nosso tempo.

Para tanto, era preciso criar a nação no sentido de que era preciso ‘abrasileirará’. As instituições político-sociais adotadas pela República Velha, condizentes ou não com os modelos liberais europeus, não cabiam à realidade brasileira. Não pela adoção de regimes, leis, códigos e instituições de outros povos-nações, mas através do que constitui a verdadeira realidade nacional, do que seja originariamente nosso.

Segundo estes intelectuais, não havia no Brasil uma nacionalidade formada porque nem o povo nem a elite tinham ainda adquirido consciência de suas aspirações coletivas. A República Velha fora erguida sob bases irreais, através da

importação de modelos políticos estrangeiros, que por si só dificultavam a formação de um estado orgânico, de uma comunidade de interesses e necessidades. O que víamos no Brasil era então um divórcio entre o Estado e as demais forças sociais, pois que o primeiro não representava o segundo em suas aspirações, institutos, códigos e políticas.

“Estavam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando à organização da nação pelo poder, reagiram contra a ‘oligarquização’ das instituições. E sua politização não foi um pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressava sua conversão à política” (PÉCAULT, 1990: 21).

O que nos apresentava então os intelectuais era um projeto político de transformação social e superação dos traços oligárquicos do ‘Brasil Tradicional’ com fins ao fundamento de um Brasil Moderno através das bases identificadas do nosso caráter nacional brasileiro. O projeto político que finalmente erigiria um Estado Nacional Moderno [“a obtenção de estágios mais desenvolvidos de cultura, riqueza, instituições, organização social, poder etc.”. (PIVA, 2000:19)] passava pela fundação da nossa nacionalidade ou identidade nacional.

3.2.2 Os Intelectuais e a Identidade Nacional

“Os intelectuais dos anos 20, muitos dos quais haviam recebido uma formação jurídica, não estavam inovando quando se erigiram, sem outro mandato a não ser o derivado de suas convicções, em responsáveis pela restauração do Estado e da Nação” (PÉCAULT, 1990:24). Só há legitimidade em relação à nação, e nada tinha a ver com uma vontade geral: era a vontade de uma elite que fomentava as condições para o surgimento de uma vontade geral. Os intelectuais detinham um poder legítimo devido a sua vocação nacional “(PÉCAULT, 1990: 41)”.

Já no século XIX, no período denominado de Romântico os intelectuais eram conclamados a valer-se de suas penas para atingirem o alto fim público de um homem de letras que é servirem à nação. Principalmente neste período, presenciemos um forte apelo à busca pelo nacional, talvez o primeiro do Brasil, que acabara de passar por sua independência e criava, ou pretendiam criar, laços que congregassem a sociedade a uma mesma comunidade de interesses, que era entranhar na colônia os traços de uma filosofia nacional. O momento era de assegurar a unidade de um território

muito amplo e que não se cansava de presenciar movimentos separatistas contra o governo central.

LAVALLE (2004) nos diz que no século anterior, no XVIII, a questão nacional não estava presente entre a intelectualidade, e que embora se utilizando de temas nativistas, ela não está alinhada a um projeto político de formação nacional. No entanto, Lavalle, como outros estudiosos do tema (como Antônio Cândido em seu famoso livro 'História da Literatura Brasileira'), quando estudam os momentos em que estiveram presentes, ou não, as questões da nacionalidade, o fazem através da análise dos diversos momentos culturais agenciados necessariamente por nossos intelectuais. O que confirmaria as teses de Sérgio MICELI (1979) e Daniel PÉCAULT (1990) de que compuseram-na sempre nossas elites intelectuais os 'homens de letras', no caso das letras literárias. Ou porque precisavam do Estado para providenciarem suas carreiras, através da cessão de cargos públicos, ou porque todo letrado bacharel era impelido a compor as filas da burocracia estatal. A convocação aos cargos de elite política se daria acaso respondem-se seus escritos às exigências políticas da hora.

Novamente, podemos periodizar os novos rumos de nossa elite através de um momento cultural, no caso, o Modernismo. É dito que se tratará do primeiro arroubo dos novos tempos, "a certidão de nascimento de uma intelligentsia" (ORTIZ, 1994:30) que tomará rumos políticos diversos após o golpe de 37, mas que estava anteriormente unida na tentativa de desvendar a nossa originalidade cultural. A intelectualidade Modernista (Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e muito outros) assumiu para si a função de 'descobrir' o brasileiro culturalmente, a quem as políticas do Estado, que já se delineavam, se destinariam.

Como nos vários estudos sobre o início do século, encontraremos referências a latente necessidade de modernização da sociedade e dos institutos da política e da economia, que teria estimulado

novas 'idéias', 'novos projetos políticos' aptos a atenderem satisfatoriamente à realidade atual; LAVALLE (2004) nos mostra como estes argumentos de um passado 'feudal' que cede para que a modernidade' tenha o seu espaço fora remotamente utilizado e tenha sugerido formulações e tipificações sobre a identidade nacional muito próximas das nossas:

"Traços do caráter como a própria tristeza, a melancolia ou a passividade; a personificação desses ou outros traços em figuras pitorescas como o malandro; a existência de tempos nos quais imperava certa ordem harmônica; a memória do drama constitutivo da nação, definido pela cisão d 'alma popular'; tudo isto é, a conjugação desses aspectos, apresenta lacunas das facetas do processo de elaboração e mitificação de arcaísmos, a partir do qual as sociedades européias esculpiram a imagem de sua própria identidade defronte do mundo rural gerado, paradoxalmente, pela secular urbanização. Ademais, é comum os mesmos temas aparecerem com intensidade similar no pensamento político-social latino-americano por vezes em termos muito semelhantes" (LAVALLE, 2004:70).

Já discutimos o caráter de segunda ordem de formulações sobre uma identidade que tivesse de atender a tantos diversos grupos culturais; mesmo em uma pequena nação, elementos culturais que lhes fossem pinçados para que servisse de referência à unidade daquele grupo social teriam de ser construídos pela via simbólica da construção teórica, que se torna necessariamente unificadora de inúmeras possibilidades, ignorando-lhes as diferenças. Também, torna-se necessário que enquanto servisse aos interesses do Estado preocupado em assegurar a unidade da Nação, a identidade deste grupo permanecesse estanque, raras vezes passando por questionamentos ou se modificando pela necessidade política do Estado, ou mesmo dos grupos em questão que acabam impondo sua agenda de minorias culturais.

"A cultura enquanto fenômeno de linguagem é sempre passível de interpretação, mas em última instância são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação. Os intelectuais têm neste processo um papel relevante, pois são eles os artífices deste jogo de construção simbólica" (ORTIZ, 1994:142).

Se o Mito (CHAUÍ, 2000) é uma história das origens comuns de um povo, circunscrito em um território e que irá se atualizar em memória nacional pelos artífices da nacionalidade, então:

“Não estariam todas as identidades nacionais (aqui me refiro aos países da cultura ocidental) fundadas em algum tipo de arquitetura mítica? Teriam as construções identitárias de outros países força simbólica mais duradoura, não exigindo seu continuado refazer sempre que uma crise ou ameaça, efetiva ou imaginária, apresentasse-se?” (BRESCIANI, 1998: 404).

No Modernismo vivíamos mais um momento de redefinição do ‘ser nacional’ como meio de assegurar um direcionamento político à Nação.

“Nesse momento, que alguns historiadores chamaram de ‘redescoberta do Brasil, todo movimento de compreensão da sociedade brasileira como um todo se insere no contexto mais amplo de redefinição do nacional. A revolução de 30, o estado novo, a transformação da infra-estrutura econômica colocam para os intelectuais da época o imperativo de se pensar a identidade de um estado que se moderniza” (ORTIZ, 1994:130).

Neste sentido, diversas questões se punham para que no plano social, político e econômico, o Brasil pudesse acompanhar os rumos dos novos tempos. Mas o momento de forte ‘nacionalismo’ deixava claro que atendêssemos sempre às nossas peculiaridades tão distintas de qualquer outro país e que, portanto já nos daria os caminhos corretos que tomar. Eram algumas dessas questões: Abolição, aproveitamento do escravo como proletário, a colonização estrangeira, a consolidação da República.

O símbolo nacionalista valorizado no Romantismo fora o índio, a despeito de o maior contingente populacional ser de negros e mestiços. Postergava-se esta questão para o próximo século, como se sua gravidade pudesse ser aviltada, ainda quando a construção de uma identidade nacional pressupunha que se exaltassem traços comuns aos diversos grupos culturais com fins a conquista da unidade nacional.

É por isso que Gilberto Freyre é muitas vezes visto como um dos fundadores da nacionalidade no período republicano. Ao contrário do que poderíamos supor, sua filosofia da ‘harmônica convivência entre opostos’ percebia a centralização do governo central como diluidora das diferenças postas pela colonização senhorial que era regional. No entanto, inter clãs Freyre (BASTOS,1986) desenhou uma imagem tal de convivência de opostos e de diferença harmônicas que se interpenetravam, criando outras existências

culturais diferentes das originais (às vezes não tão originais, já que os portugueses haviam recebido influências de outras culturas) que deixa explícita para nós, uma já conclusa identidade nacional. Casa Grande & Senzala possibilita então que enfrentemos a questão nacional em novos termos.

“Com a revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciológicas tornam-se obsoletas, era necessário supera-las. Pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil” (ORTIZ, 1994, 1994:41).

O negro agora era o proletário moldado por uma ideologia do trabalho própria do Estado Novo, “aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura” (ORTIZ, 1994:19). O que era preguiça, indolência, próprio das raças inferiores mestiças, fora substituído pela coragem de trabalho do brasileiro, pela honestidade, pela seriedade com que levamos a vida. A teoria da mestiçagem de Freyre é o elemento de unidade nacional que faltava a que o maior contingente populacional do país fosse-lhe integrado de modo a que servisse aos interesses da construção da República.

“A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional” (ORTIZ, 1994:41).

Assim que inúmeros elementos culturais foram apropriados como de caráter nacional a que servissem à lógica da unidade nacional. Problema que se impõe até hoje quando observamos que as políticas públicas racialistas são muitas vezes deslegitimadas porque vistas como desnecessárias a um país onde o racismo é inexistente haja vista a nossa miscigenação racial e cultural. Aquilo que é próprio de um grupo cultural e que difere do discurso de segunda ordem da nação precisa então ser ressignificado ou tomado em novos registros para que grupos étnico-culturais possam, em um país miscigenado, mas longe de ter atingido a tal ‘democracia

racial', fazer-se ver como um grupo tão nacional quanto outro, por isso mesmo tão diverso também.

CAPÍTULO 4

‘Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro (...) Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada. “Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo (o da evasão da realidade, a dura, a triste realidade) mais dócil aos nossos desejos e devaneios”. (HOLANDA, 1995).

A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA

4.1 A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS

Estudar como se configurou a modernização do Estado brasileiro torna-se de grande relevância para quem está preocupado em compreender por que meios se faz a vida pública no Brasil. A investigação pauta-se sobre os seguintes aspectos: o caráter reformista que assume o Estado quanto às suas instituições, as possibilidades de entrada de novos atores no cenário político e, finalmente, da política dos intelectuais, ou da importância de suas idéias.

A defesa realizada nesta monografia, ao assumirmos o posicionamento de uma determinada bibliografia⁹, é a de que no Brasil a modernização fez-se ‘de cima’, o que significa dizer que as elites do período anterior continuaram a exercer papel preponderante no cenário político e econômico no Estado Novo. Ou seja, a defesa da tese é a do ‘mudar conservando’, que segundo Elisa Reis, configura-se como umas das inúmeras possibilidades de modernização do Estado¹⁰.

Na medida em que as ‘idéias’ terão papel fundamental para que o autoritarismo se instale, mas também porque continuam a animar a existência da

⁹ Praticamente toda bibliografia consultada sobre o tema. Ver Referências Bibliográficas.

¹⁰ A modernização liberal-burguesa, geralmente realizada por uma elite industrial que rompe de forma radical com a elite agrária, e a modernização revolucionária pelo povo, sendo algumas delas.

centralização autoritária ao longo do século XX (e de um correspondente espaço público asfixiado), a política dos intelectuais aparece como um dos importantes elementos de análise dessa conjuntura. Pois que, preocupando-se com a elaboração da cultura brasileira, não tinham consciência de negligenciar o problema político: estavam simplesmente convencidos de que a essência do político era o processo que conduziria ao advento de uma identidade cultural. Esta que animará as teorizações sobre nosso espaço público até hoje. Então, “a própria persistência de traços culturais é constantemente recriada e que, nesse sentido, a continuidade de valores, atitudes etc., merece tanto esforço de explicação quanto à mudança dos mesmos (REIS, 333)”.

Entendemos como ‘Política dos Intelectuais’ o posicionamento ideológico dos pensadores das décadas de 1920 a 1940 referente ao nacional (tanto na construção de uma identidade para o Brasil, quanto nas formulações sobre as devidas políticas com ela condizentes). Mas não de modo determinista como a advogar um ‘voluntarismo exaltado’¹¹, legando aos atores históricos o motivo das continuidades e descontinuidades dos processos históricos.

O papel das idéias autoritárias estava necessariamente condizente a um dado momento político, cujos fatores estruturais, e a atuação dos agentes afinavam-lhe conjuntamente. No entanto, a compreensão de que “a formulação ideológica dos atores políticos, pensadores e grupos intelectuais que mediante o debate de suas idéias, já tinham criado espaço para pensar uma nova sociedade e um novo estado” (OLIVEIRA, 1980:33), é o que torna válida a referência a estes atores políticos no processo de state-building. Já que ‘a existência histórica de cursos alternativos de ação e o reconhecimento das opções sociais’ ajuda-nos a compreender a real importância do papel desses atores tanto quanto dos dados conjunturais na compreensão dos processos que viabilizariam a continuidade dos elementos estruturantes.

Por isso qualquer determinismo está sendo aqui rechaçado, já que não tomamos a *continuidade* das estruturas de poder como sendo um fator da vida social

¹¹ OLIVEIRA(1980:33) defende o estudo da história através de três fatores, todos igualmente importantes: os traços estruturais, os dados conjunturais e a opção de determinados atores.

brasileira do qual não nos veremos livres de sempre constatar, mas como elemento histórico situado dentro da análise que considera necessária a observância de seus outros fatores.

“A busca de explicações para a persistência de elementos não-democráticos na ordem política brasileira tem sido um desafio constante na literatura, sobretudo entre aqueles que vêem o autoritarismo como algo persistente na história do país e não apenas como algo efêmero, transitório” (REIS, 1982: 311).

Se for o autoritarismo algo persistente, que estabelece, portanto, a impossibilidade real da vida pública no Brasil, nossa análise seria levada inevitavelmente justo ao que nos opomos no âmbito desta monografia: à conclusão de que se tomarmos a priori todas as manifestações da política advindas de um fazer político inscrito na nossa identidade nacional, portanto, na nossa cultura brasileira (dita autoritária), não conseguiremos jamais perceber as *descontinuidades*, quiçá as tentativas que a ela tentam conduzir.

“Sem um esforço consciente de integrar a análise do processo de state-building com a dinâmica das classes sociais, corremos o risco de converter o impacto de fatores jurídico-políticos em uma forma de determinismo político e/ou supor imutáveis certas características institucionais supostamente responsáveis por uma tradição antidemocrática” (REIS, 1982: 333).

4.2 A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA

4.2.1 Antecedentes

O Coronelismo e a Política dos Governadores eram os institutos no qual se conduzia a política brasileira. Ambas surgiram com a República, que delegou aos Estados a autonomia tão reivindicada durante o Império. Os críticos da primeira república tiveram sempre como mira a política oligárquica que, segundo eles, dificultava a unidade nacional e transformava a nação em palco de lutas dos Estados por mais poder. O certo é que, já nas primeiras décadas do século passado, podemos perceber o enfraquecimento gradativo dos poderes locais e o início da centralização estatal. Talvez mesmo na lógica destes institutos pode-se observar o encaminhamento para o processo de centralização.

“O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo – existente tanto no campo quanto nas cidades. (...) todas essas características vinham dos tempos da colônia, mas a república criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Isso resultou principalmente da ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios e da eleição dos prefeitos” (FAUSTO, 2001:149).

O coronelismo, segundo PEREIRA DE QUEIROZ (1997), é a forma assumida pelo mandonismo local, cujo sistema baseava-se na troca de votos por favores e benefícios oferecidos pelos chefes locais, denominados pela alcunha de coronéis. Segundo a mesma autora, esta troca não ficava limitada ao coronel e aqueles que se viam obrigados a viver em suas terras e gozar de sua proteção: ela se estendia por toda a escala política, desde o município até o governo central. A isso dá o nome de ‘solidariedade clânica’ que vai da troca de favores entre membros da mesma família, inter-famílias até o governo do Estado, com fins a fortalecê-lo ou a enfraquecê-lo.

Para explicar tal política, Victor Nunes Leal (1993) recorre ao nosso privatismo, que seria o modo brasileiro de fazer política através da lógica da troca de favores no âmbito familiar, da vida privada. Em seu livro, ‘Coronelismo, Enxada e Voto’ faz-se claro em que medida a política municipal influenciará diretamente na política do estado e na composição representativa do parlamento. Como o maior mal que pode acontecer a um político local é ter o governo do estado como adversário, já que daí advém seus recursos e, portanto, a permanência no poder, o Coronelismo torna-se o elemento de sufocamento da política local que estará sempre atrelada à necessidade das trocas de favores e da submissão política com perda da autonomia local.

Por isso o governo estadual não seria um ajuntamento de coronéis (FAUSTO, 2001), embora tivesse ‘nas mãos’ a maior base eleitoral, haja vista o seu caráter de dependência ao governo do Estado. “Sem a liderança do coronel firmada na estrutura agrária do país, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do coronel ficaria sensivelmente diminuída”. (PEREIRA DE QUEIROZ, 1997).

Por sua vez, a Política dos Governadores referia-se também ao fato de a representação parlamentar de cada estado na Câmara dos deputados corresponderem ao grupo regional dominante. Haja vista também o fato de não existirem partidos que conseguissem se desenvolver nacionalmente, pois partidos políticos costumavam ter força apenas em seus estados, o que significa que serviam para a sustentação do grupo que detinha o poder localmente. “Dentro das condições vigentes, a federalização do estado fomentou um padrão de segmentação de interesses que tornou particularmente difícil institucionalizar oposições políticas” (REIS, 1982:339).

“Assim, mesmo o regime federativo não teria sofrido seu primeiro abalo como o movimento de 30, ou com a nomeação de interventores, uma vez que a reforma constitucional de 26 já se teria encarregado de definir, em termos de processos, uma tendência da evolução brasileira no sentido de centralização” (OLIVEIRA, 1980:35). “O grau e a natureza do crescimento do estado durante a república velha, influenciados pelas práticas econômicas e políticas das elites agrárias, sugerem-nos que as bases para um processo de modernização autoritária já tinham sido lançadas antes de trinta” (REIS, 1982:339).

4.2.2 O Reformismo Autoritário

O enfraquecimento do Coronelismo está na raiz de sua constituição que pretere continuamente sua autonomia pelos favores do governo central, principalmente quando usa do Estado como seu comitê executivo para ver seus interesses atendidos como se o foram nacionais:

“Tanto a política como economicamente, os fazendeiros atuaram de forma a conferir ao estado o *status* de ator político privilegiado. Fortalecendo o poder executivo sobre o legislativo e o judiciário, neutralizando a competição política, exigindo a intervenção constante do estado na economia, a dominação oligárquica rural abriu caminho para um estado forte” (REIS, 1982:345).

Assim, a Reforma Constitucional de 1926 que retira poderes do Estado e os delega ao Governo Central, não é apenas o prenúncio ao golpe autoritário de 37, mas um estado de coisas que surge com a política dos coronéis que delegavam ao Estado a gerência da economia brasileira e não ao suposto mercado das instituições liberais da República Velha. Embora eles fossem os principais privilegiados, a centralização permitirá a gerência da entrada de novos atores na arena pública, mas executada ‘de cima’ sem que as elites agrárias vejam-se aliadas

do poder. Cabia ao Estado na República Velha arbitrar os conflitos entre as elites rurais, ao Estado centralizador, caberá a função de conciliar os interesses da tradicional elite com a nova elite burguesa industrial.

“Nos casos em que a burguesia urbana foi incapaz de desafiar o predomínio das elites agrárias, a evolução mais ‘natural’ foi uma coalização entre essas elites, legitimadas por um estado autoritário que garantia aos interesses industriais um papel de sócio menor na coalização de poder” (REIS, 1982:336).

Então a continuidade far-se-á presente na medida em que há a preservação do sistema de propriedade de terras, das ‘relações de trabalho no campo’ que permitirá manter ‘inalteradas as bases do poder local dos latifundiários’ e quando no contexto urbano a estratégia adotada pra incorporar a classe trabalhadora ao sistema política atrelou-se firmemente ao controle do Estado (REIS, 1982).

“Estado surge como um ator importante na economia brasileira antes que outros setores sociais se equipassem para desafiar os interesses agrários. Posteriormente, já possuíam recursos políticos que lhe permitiriam cooptar novos atores e impor de cima para baixo um processo de modernização nacional. O Crescimento do estado fora precedido à incorporação de interesses sociais múltiplos ao sistema, o que tornou possível a ação paternalista do estado enquanto estratégia de cooptação política” (REIS, 1982:345).

Não teria havido uma reforma pela via liberal-burguesa, através da existência de um novo setor urbano combativo, como percebido em Inglaterra ou em França porque a condução do processo de abolição não rompeu com o sistema de Lealdade rural. Embora a urbanização fosse acelerada, os senhores rurais não se viam enfraquecidos em seu poder local, haja vista a permanência da massa ao mesmo tipo de Lealdade política. O que ficou configurado também pela importação de mão-de-obra para a indústria realizada pelo Estado.

“No contexto urbano, a estratégia adotada para incorporar a classe trabalhadora ao sistema político atrelou-a firmemente ao controle do estado. A modernização ‘pelo alto’ gradualmente se afirmou, promovendo mudanças decisivas, sem, contudo permitir uma ruptura radical com os antigos padrões de dominação” (REIS, 1982:340).

O autoritarismo do Estado não serviu apenas a que uma coalizão inter elites se estabelecesse, mas também fora o meio de manter sobre controle as massas. O arrefecimento da presença do Estado, no combate às reivindicações desses grupos, ocorre tanto pela via repressiva, quanto pela

cooptação política, cujo instrumental é tanto o de apelos populares quanto o de vedamento da arena pública. O que é percebido principalmente pelo controle dos sindicatos, acaso viessem a reivindicar direitos políticos além dos sociais, e pela 'Ideologia do Trabalho' do Estado Novo.

Também, a coalização inter-elites era providencial a que não houvesse uma disputa pelos recursos do Estado, estes mesmos recursos que asseguram a consecução dos interesses agrários, e que investem na política de industrialização, principalmente os que são utilizados na importação de mão-de-obra. Os mesmos recursos do Estado, fortalecido antes que houvesse a necessidade de modernização, que he permite manter sob controle os interesses populares através da concessão mínima de direitos. A cidadania é concedida porque utilizada como uma forma a mais de manter as massas enfraquecidas. "Na década de 1920, enquanto o movimento operário arrefecia, surgiram claros indícios de uma ação do Estado no sentido de intervir nas relações de trabalho mediante uma legislação concessiva de direitos mínimos aos trabalhadores" (FAUSTO, 2001:170).

4.3 O PAPEL DAS IDÉIAS NA MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA

Antes que a constituição de 1891 tivesse implantado a democracia, delegado maior autonomia aos estados e estabelecido instituições liberais em solo nacional, já existia disputas políticas entre os liberais republicanos e aqueles que se posicionavam pela defesa de um Estado forte, centralizado e ditatorial como o modo mais seguro para a condução da construção de um Estado Nacional.

Não se demora, portanto, a emergência de críticas à democracia brasileira que tem por consequência o fortalecimento das oligarquias e enfraquecimento do Estado, ou seja, à política dos governadores; Críticas ao 'bovarismo da vida nacional', que teria induzido nossas elites a importarem modelos político-econômicos com fins à condução da vida pública; e às instituições liberais que legaram ao Brasil um estado inorgânico porque defendem o 'individualismo' desagregador, pouco conveniente a um Estado em formação. Não por outro motivo,

as “Ditaduras e panacéias autoritárias” surgem no discurso “como medicina desenvolvimentista” (REIS, 1982: 336).

“A falência do estado liberal seria decorrente da alteração do princípio de organização da sociedade. A nação não pode mais ser vista como um agrupamento de indivíduos; ao contrário, precisa ser encarada como uma vasta corporação, estruturada no interesse das classes. O estado não pode estar ausente; deve intervir para coordenar e estabelecer o equilíbrio indispensável à ordem social. O sindicato, esta nova força política, sob a ordem liberal, ameaça transformar-se em núcleo de desagregação e luta contra o poder, sendo, portanto, necessário que o estado passe a ordenar os grupos profissionais, transformando-os em meio de governo” (OLIVEIRA, 1980:45).

A ‘ideologia do interesse geral’ de concepção organicista e elitista, nos diz OLIVEIRA (ibid), trazia em si o imperativo de integrar a nação através do Estado, o promotor da unidade nacional. Era preciso que ele fosse o artífice do desenvolvimento econômico tanto quanto da intermediação para o equilíbrio inter classe. Como afirma PÉCAULT (ibid), a ideologia autoritária não era vista como corpo de idéias de uma possibilidade de organização da sociedade, mas princípios que sustentam mesmo a prática política. Não eram idéias fundadoras para um novo Brasil, ao contrário, são ideais legitimamente defendidos porque inscritos na realidade nacional.

“A construção do estado, além de tarefas específicas, implica a existência de um objetivo comum no qual se empenham diferentes grupos da sociedade” (OLIVEIRA, 1980). O estado, responsável pela identidade cultural brasileira, recorre aos intelectuais com o fim de realizar a unidade orgânica da nação. Eles “tinham uma vocação para elite dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito vangloriavam-se de produzir o explícito” (PÉCAULT, 1990:38). Então não eram tanto os artífices de um estado autoritário, mas os tradutores intelectuais de sua legitimidade.

Bolívar Lamounier (1997) chamará de Ideologia de Estado ao corpo teórico produzido por alguns desses intelectuais de tradição autoritária (Alberto Torres OLIVEIRA Vianna Álvaro de Azevedo, Alberto Amaral, e Francisco Campos) porque se opunham ao que denominará de uma Ideologia de Mercado. A equação é

a seguinte, no liberalismo toda a sociedade é posta a interagir pela lógica de mercado, que, portanto, atuará também na lógica das relações políticas. Ou seja, o Estado no liberalismo jogaria igualitariamente, como os demais agentes, em busca de poder.

A este corpo de idéias, ele as agrupa em sete temas que dariam a tônica para o advento de um governo forte brasileiro, já que “propõe a superação desse estado de coisa através de uma série de reformas que chegarão a influenciar fortemente a montagem do Estado Novo, a partir de 1937” (PIVA, 2000:21), são eles: a visão orgânico-corporativa da sociedade, objetivismo tecnocrático, visão autoritária do conflito social, não organização da sociedade civil, não mobilização política, elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política, o Leviatã benevolente. (LAMOUNIER, 1997: 359).

A visão orgânico-corporativa é aquela que pensa na democracia como elemento desintegrador da unidade nacional, defende antes representações hierárquico-coercitivas como elemento organizador da sociedade. O Estado pode ser um prêmio para oligarquias ou partidos políticos. “O poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança, assegurando a sobrevivência do que porventura exista de bom” (LAMOUNIER, 1997: 362).

Este modo de condução da ‘coisa pública’ em direção à centralização, dá-se na medida em que o teórico-político, cujo voluntarismo diz respeito tanto às suas habilidades técnicas, quanto a sua vontade de atuar no mundo, aja em prol de ‘dar forma ao que não possui’ que é estabelecer pelo método tecnocrático-objetivo as políticas para a formação/fortalecimento da Nação. “Em outras palavras, o objetivismo combina a noção positivista de uma ‘realidade’ externa ao observador e suscetível de apreensão cabal com a teoria das instituições da sociologia histórico-naturalista, na qual se presume a existência de uma correlação unívoca das instituições ou formas políticas com a ‘realidade’” (LAMOUNIER, 1997:364).

“(...) a ideologia autoritária é uma ideologia de Estado neste duplo sentido: ela visa à integração político-social sob a égide tutelar do Estado, e não a integração mobilizadora que desfaz a demarcação jurídica e burocrática entre Estado e Sociedade e teme o inevitável corolário da mobilização de massas (...) que dissolve o estado como unidade jurídica impessoal em favor da autocracia plebiscitária” (LAMOUNIER, 1997:369).

Se acaso houver a ‘coerção organizada’ ‘as massas’ estarão sob controle porque o conflito social nada mais é que uma irracionalidade combatida com a ‘ordem’. A irracionalidade da massa provém, obviamente, da irracionalidade dos menos esclarecidos, mobiliza-la será incorrer em riscos a segurança do poder, quiçá à manutenção do Estado. Tanto mobilizações partidárias quanto as do povo são mal vistas, pois que,

“Dessa concepção do conflito social depreende-se facilmente que o estado ‘natural’ da sociedade é aquele em que nenhum interesse se organiza de forma autônoma. Ou a visão é de cooptação antecipada dos interesses e agrupamentos sociais ou é de severa deslegitimação de todo intento de projeção de interesses particulares numa arena pública mais ampla” (LAMOUNIER, 1997: 368).

Assim temos a concepção da boa e apta elite que conduzirá com mãos de ferro a massa irracional, carente de projetos políticos que a organize harmoniosamente sob um Estado forte consciente de suas responsabilidades para com seus cidadãos (?). O leviatã Benevolente do pensamento autoritário brasileiro é o Estado que assegurará o bom encaminhamento da coisa pública, ao mesmo tempo em que cuidará para que não haja conflitos em esfera social alguma.

“Ele é benevolente porque a reflete em suas boas qualidades, e porque a corrige, severa, mas afetuosamente, nas más: nos impulsos infantis do comportamento rebelde; nas ações altruísticas, mas errôneas, porque carentes de esclarecimento; e, sobretudo, naquela que se alimentam de motivações alienígenas, alheias à sua índole e essência” (LAMOUNIER, 1997:370).

4.3.1 As idéias fora do lugar

Do subtítulo anterior, pudemos compreender o papel que as idéias tiveram na condução da centralização do estado brasileiro. No entanto, as veremos mais detalhadamente no título último deste capítulo, aquele que tratará do pensamento político do início do século passado, cujo substrato teórico fundamentará as ideologias autoritárias tanto quanto alguns dos elementos das formulações sobre o espaço público brasileiro. Neste subtítulo trataremos das idéias

que estavam ‘fora do lugar’ e que animaram tanto o pensamento autoritário quanto a modernização autoritária.

Ainda hoje, se nos puséssemos a defender a tese de que no Brasil cultivamos uma ‘cultura alienada’, que não se demora em se ‘aculturar’ através da ‘importação’ de cultura européia e americana e que por isso não nos livraremos nunca em sermos uma cultura colonizada sem ‘autenticidade cultural’, o mais provável é que encontraríamos facilmente defensores dessas teses, quanto mais o produto mesmo do ‘crime’.

A convivência de duas culturas em solo nacional, a nossa originalíssima proveniente da miscigenação, e de outras impostas ‘de cima’ porque resultado estrutural da nossa posição de colonizados, primeiro dos portugueses, depois dos franceses e ingleses e, finalmente pelos americanos, está na base das inúmeras teorias que advogam a existência de dois Brasis: o *Legal*, advindo da implantação das leis, dos institutos, e dos códigos, e o *Real* que existe apesar de qualquer tentativa de adestrá-lo pelas normas; e muitas outras dicotomias: o Brasil agrário e o Brasil industrial, o Brasil rico e o da favela, o Brasil do Nordeste e o Brasil do Sul, o Brasil civilizado e o Brasil caipira, o Brasil erudito e o popular, o Brasil original e o ‘feito para importação’, o Brasil antenado com a modernidade e o atrasado socialmente, política e economicamente.

A imagem de um Brasil desconhecido consigo mesmo é tão recorrente quanto antiga. Sabemos todos que, aportaram no Brasil, antes mesmo da colonização de sua terra, os primeiros códigos e leis que deveriam regê-la. Caravanas cheias de baús transplantaram a burocracia portuguesa sem ao menos tentarem perceber as especificidades da terra. Durante o império, nossas elites educadas no estrangeiro por uma cultura erudita e cosmopolita acabam por se ver desconhecida com o seu próprio país, viviam aqui, mas pensavam como cabeças de França ou Portugal. E o nosso último desconhecimento, no limite a que se impôs esta monografia, dá-se então quando na República do século XX, agimos como cultura colonizada e importamos às últimas modas ‘liberais’ de Europa e EUA. O que teria

animado a tese de Roberto Schwarz¹² sobre ‘as idéias fora do lugar’, que seriam as liberais convivendo pacificamente em uma sociedade escravocrata.

O Movimento Modernista, que se inicia oficialmente com a semana da arte moderna em 1922, vem de novo nos lembrar de que não podíamos mais imitar os modelos culturais europeus como o faziam os Simbolistas ou Parnasianos, a menos que os digeríssemos antes. Assim pensou nosso modernismo resolver este impasse: pela ‘Antropofagia’. Oswald de Andrade, em seus dois manifestos, o da Poesia ‘Pau-Brasil’ e o ‘Antropófago’ conclama-nos a reconhecermos o outro através de um processo seletivo: como nossos índios, só deglutiremos aquilo que nos interessa, o outro que for um bravo herói (ou o ‘bom e belo’ – no caso a alta cultura). E, a partir daquilo que nos constitui e que nos define como brasileiros, em conjunção com o resultado da digestão cultural, far-se-á não só a nova cultura, mas também a inserção do Brasil na modernidade.

O Modernismo é uma das múltiplas facetas que a tese do ‘artificialismo das idéias’ assumiu nas primeiras décadas do último século. Aqui nos interessa principalmente os discursos que advogavam da impossibilidade do Liberalismo no Brasil, já que aqui não tínhamos povo que pudesse tornar-se cidadão, nem elite apta a organizar o país e onde a ‘democracia fora sempre um mal-entendido’. Por isso, ORTIZ (1994), BRESCIANI (2001) LAMOUNIER (1997) e outros nos alertam para o fato de que a tese da importação das idéias e de sua inadequação está na base dos discursos autoritários.

O liberalismo será combatido por duas vias diferentes, aquela que alega a sua impossibilidade de existência no Brasil haja vista o caráter singular de nosso processo histórico-político (sociedade de estrutura clânica) (Oliveira Vianna), patriarcal (Gilberto FREYRE), oligárquica e caudilhesca (Sérgio Buarque de Holanda), patrimonialista (Raymundo Faoro) (BRESCIANI, 2003: 19), e aquela que o acusa de ter causado à nação mais males do que desenvolvimento orgânico: “desenvolvimento do espírito regionalista que prejudicou a nação, enfraquecendo o espírito de autoridade e permitindo o exacerbamento do individualismo econômico e

¹² Roberto Schwarz, “As idéias fora do lugar”,

anárquico, a política deixada ao mercado das forças partidárias existentes ou dos chefes de clãs” (OLIVEIRA, 1980). A ainda a tese de sua inexistência, do liberalismo apenas encontrado no papel, enquanto na vida real continuaríamos a ‘dar um jeito’ a que prevalecessem nossas já históricas estruturas políticas, autoritárias e paternalistas de sociabilidades inscritas na esfera privada.

Se o bom funcionamento do Liberalismo prevê a existência de uma vida pública de larga base representativa, como essa poderia se desenvolver em um Brasil que há pouco viu findar a escravidão em suas terras? Como, se os poucos homens livres quando não estavam ligados diretamente aos senhores de terra, viam-se obrigados à manutenção do vínculo pessoal do favor, de onde hauriam benefícios por Lealdade? Como, se embora existisse o povo, fora sempre apático e de parca presença na história? Ou seja, nossa vida social era incapaz de engendrar uma vida pública vigorosa; quiçá então a econômica:

“(...) essa quase inútil população de caboclos e brancarões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica (...), não teria concorrido com qualquer aporte digno de nota para a ‘formação econômica,’ política e social do país – nem ao longo do período colonial nem durante o século XIX”. (FREYRE, 2000:141).

Como, se a “vivência da ordem social foi caracterizada pela violência, pela precariedade das relações primárias e, sobretudo, pela experiência da liminariedade, ou seja, da índole ‘prescindível’ e ‘dispensável’ de sua existência, de vadios e inúteis ao mundo” (LAVALLE, 2004:57). Então, encontramos-nos, novamente diante, do problema recorrente do pensamento político, como pensar e engendrar um espaço público no Brasil se o discurso da impossibilidade de sua existência refere-se mesmo a existência de seus agentes? Ao ‘esvaziamento da capacidade política das massas’, como assinala Oliveira Vianna, em uma ‘sociedade mal formada desde as suas raízes, cuja estrutura social deita-se no familismo como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda’, posto que “para ele, o ideário liberal não teria vigido no País pela carência do cidadão: o homem consciente de seus direitos e deveres, e dono de sua vontade e opção” (BRESCIANI, liberal: 24). Discurso que perdura até hoje, quando ainda afirmamos a impossibilidade da plena democracia, que só terá vigência quando todos nós, já bem educados, formos suficientemente racionais para exercermos o nosso direito ao voto (BRESCIANI, 2003).

O que se assistia então era um divórcio, desacoplamento, descolamento (e outros tantos termos) entre a sociedade e o Estado, cuja intermediação entre ambos, realizada pelo espaço público, refletia este estado de coisas, ou pelo seu caráter de atrofiamento, ou pela sua completa ausência, cujo discurso fez-se tanto de elementos concretos da realidade quanto de um discurso autoritário impossibilitado de ver qualquer manifestação popular como legítima, mas somente criminalizada e inexistente:

“Fantástica dissonância entre o discurso político e as formas institucionais, de um lado, e a onipresença do trabalho forçado na organização da sociedade, do outro, trouxeram consequências duradouras na compreensão do espaço público, deslocando o foco do mundo institucional da política para a vida social e seus efeitos sobre a vida pública” (LAVALLE, 2004, 73).

O que LAVALLE (ibid) salienta com seu olho clínico é a absorção dos motivos explicativos sobre a nossa identidade que se torna estendida ao espaço público; mas, principalmente, e ainda, de que embora haja elementos concretos de modernização autoritária, o ‘ethos’ público insere-se no contexto de formulações de um pensamento político que pode e deve ser localizado no tempo histórico para que não continue animando as teorizações sobre as diversas manifestações quanto ao ‘público’ ainda hoje. “É através deles, pela sucessiva reinterpretação de suas obras e de seu papel na história, que ainda hoje se manifesta boa parte do debate teórico sobre a sociedade e a política brasileira no período republicano” (LAMOUNIER, 1997: 346).

Os autoritários foram os semeadores de correntes antiliberais no início da República porque defendiam o banimento de qualquer forma alienígena que prejudicasse a capacidade de adaptação da sociedade brasileira à sua essencial identidade nacional. Ainda queoubessem no Brasil as instituições liberais, essas são frouxas, frágeis, femininas como o são a democracia e o debate parlamentar, institutos que necessariamente seriam pervertidos pela lógica privatista brasileira, quando não provocavam já o total descaso a que se submetia o Estado brasileiro.

As críticas da impossibilidade do liberalismo no Brasil devido a um ‘mal de origem’ de constituição da terra e do povo, de uma democracia cujos

pressupostos não coadunariam com nossa forma de ver a vida, ou do Estado feminino desintegrador, são na verdade, argumentos que legitimam as soluções autoritárias, antes que críticas reais ao mau funcionamento ou impossibilidade do liberalismo no Brasil. Mesmo porque, o que observamos em relação ao liberalismo que aqui se fez, é que não funcionou de modo tão diverso quanto o observado nos demais países que o adotam como produto *sine qua non* da modernidade. No Brasil, as idéias escravocratas conviviam com o liberalismo porque ambas davam conta de atender às necessidades de inserção política e ganhos econômicos de nossas elites. A escravidão finda porque motivos morais batiam à porta, não devido a perdas econômicas; como também, se não houvesse uma centralização progressiva do Estado, as elites agrárias e industriais, que se utilizam de seu poder para sustentar sua conciliação, não figurariam entre os autores da modernização autoritária.

CAPÍTULO 5

“(...) eles me contaram que o público de seus países estranhara e até mesmo rejeitara, de início, o tratamento afetuoso que as patroas, nas minhas novelas, davam às empregadas domésticas, já que em seus países existia um abismo entre os dois segmentos sociais”. (...) e que mesmo diante de todas essas mazelas, levamos a vida aparentemente numa boa, sob o generoso sol do Leblon. Quem sabe até tenham admiração e inveja dessa nossa passividade e tolerância diante do que chamamos de destino”.¹³

A POLÍTICA DOS INTELECTUAIS IDENTIDADE NACIONAL E ETHOS PÚBLICO

Neste capítulo, trataremos das formulações sobre nossa identidade nacional que serviram como referência para a configuração de um ‘ethos’ da vida pública do Brasil. A abordagem será realizada primeiramente através do modo como nossos autores tratam a questão da identidade brasileira e, depois, como a transfiguram para que caibam em suas teorizações sobre nosso espaço público. Antes, porém, trataremos do modo como se apropriam de teorias produzidas em Europa que respaldassem seu próprio pensamento. No título seguinte, estudaremos como ocorrem as reapropriações dos temas sobre a identidade nacional e como elas influenciaram a que diferentes demandas nacionais sejam postuladas como se decorrentes dos mesmos problemas, que significará entender nossa identidade nacional sempre sob mesmos termos.

5.1 AS IDÉIAS ESTÃO NO LUGAR

A ‘importação das idéias’, características de nossas elites segundo a crítica do momento, torna-se tese difícil de ser sustentada quando nos debruçamos sobre as teorias de que se valeram os intelectuais em estudo para construírem seu pensamento. A alegação que faziam era de que, enquanto leis sociológicas não podiam servir para explicar toda e qualquer realidade social, devido à especificidade

¹³ Ensaio Especial: Imagens do Brasil. Como o mundo vê a nossa cultura? Bravo! Junho 2005 – número 93, ano 08 pg. 113 ‘Cordialidade e Violência’ Por Manoel Carlos

raciológica e histórica de cada povo, os instrumentais da sociologia, da antropologia e das demais ciências em uso podiam servir universalmente como ferramentas. As teorizações sobre a realidade social eram, então,

“Conclusão obtida por meio da ‘análise objetiva conduzida pela mão segura da ciência (sem parti pris, neutra, não ideológica, segundo eles), as características que fazem do Brasil uma ‘realidade’ singular demandando caminhos políticos específicos. (...) ‘importar modelos de instituições de outros países constitui erro político grosseiro; utilizar, porém, os modelos de análise das sociedades e teorias políticas de larga circulação na Europa e nos Estados Unidos significava buscar recursos no domínio comum do saber científico em que os estudiosos se encontravam” (BRESCIANI, 1998:30/31).

Referimo-nos a uma elite que construiu seu pensamento político sobre a realidade nacional, cultura e identidade brasileira, bem como o pensamento autoritário, chamando em seu auxílio à legitimidade que naquele momento ofereciam as ciências positivistas. “O darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, as concepções de Vacher de Lapouge ou de Gumpłowicz, a psicologia das massas de Le Bon constituem, tanto quanto o positivismo, a base de seu cientificismo” (PÉCAULT, 1990:35). No entanto as escolhas efetivas que fizeram, tanto das teorias sociológicas e, também, de alguns de seus elementos, serviram a que resolvessem no domínio ideológico as questões que se punham sobre a inferioridade da nossa raça miscigenada, à impossibilidade da democracia, e os motivos concretos de nosso atraso como povo e Nação.

“No momento em que as teorias raciológicas entram em declínio na Europa, elas se apresentam como hegemônicas no Brasil. Torna-se, assim, difícil sustentar a tese da ‘imitação’, da ‘cópia’ da última moda;” (ORTIZ, 1994: 30-31). Assim como lhes servem as teorias sobre as massas irracionais, as biológicas sobre a seleção natural e que são usadas na defesa da inferioridade/superioridade inscrita nos padrões biológicos das raças, e que vai dar no desenvolvimento teórico de um suposto ‘darwinismo social’, também inscrito biologicamente (supremacia racial do homem branco, visto, portanto, como raça superior, enquanto o negro e o índio são ‘entraves’), lhes servem a defesa do evolucionismo que um dia nos conduziria ao desenvolvimento de um Estado-Nação forte.

“Tanto o positivismo como o darwinismo social contribuiu para que os intelectuais fossem reconhecidos como possuidores de um saber político. O primeiro divulgou a crença na eficácia das idéias e na possibilidade da organização social. O segundo destacou as fontes de energia no âmbito da sociedade” (PÉCAULT, 1990:39).

E porque não nos conduziria ao liberalismo americano ou à democracia inglesa? Porque se utilizam das teorias evolucionistas, mesmo as sociais, como fator de legitimação de uma realidade que apenas a eles cabe traduzir: a nossa constituição histórica não estará pronta nunca a evoluir a qualquer uma destas formas de cultura européia. Porque o caráter de um povo está ligado à sua raça e, por suposto, às formas sociais que lhes são legatárias.

“As ciências sociais da época reproduzem no nível do discurso, as contradições reais da sociedade como um todo. A inferioridade racial explica o porquê do atraso brasileiro, mas a noção de mestiçagem aponta para a formação de uma possível unidade nacional” (ORTIZ, 1994:35).

“Tanto a sociologia, como a psicologia e a antropologia eram informadas por idéias naturalistas e biologicistas, ou seja, eram ciências das determinações ambientais e raciais – tributárias da climatologia, da eugenia ou da antropogeografia” (LAVALLE, 2004:81). O que traduzirá sob quais bases o estudo social brasileiro dava-se, o de explicações raciais e naturalistas: o meio e a raça moldando o comportamento social dos homens. “A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um estado nacional que ainda não se consolidou” (ORTIZ, 1994:30). A intervenção sociológica sobre a realidade poderia mesmo vir a amenizar nossos traços indesejáveis, defeitos e vicissitudes originadas do meio e da raça, mediante a miscigenação através de uma política de branqueamento realizada pela imigração, como também pelas políticas de centralização do poder haja vista a impossibilidade da massa de se gerir sozinha.

“A harmonia entre o mundo da cultura romântico e o mundo da política imperial iria se ver solapada aos poucos com o surgimento e a proliferação do pensamento crítico ao segundo império, com o avanço do movimento republicano, com o fortalecimento da causa abolicionistas, com o enraizamento do ideário positivista, enfim, com a geração de um ambiente regido sob o signo da ciência e do criticismo.” (LAVALLE, 2004: 76).

Os intelectuais em estudo (Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda) são tanto os herdeiros da crença no valor da ciência como fator legítimo de interpretação da realidade, quanto das análises da antropologia, psicologia e sociologia. O que os diferencia e os assimila aos intelectuais de fins do século XIX é tanto uma nova abordagem teórica, através do uso de teorias que já existiam há muito, mas apenas são apropriadas agora, como o contínuo uso de explicações que nos dariam a exata tônica de nossa situação infeliz. Assim que, Oliveira Vianna será um dos primeiros a paulatinamente trocar a concepção naturalista da identidade, caracterizando afastamento da temática natural-racial, pelo uso da 'cultura' (formação secular de valores morais, padrões de conduta, traços de caráter e tipos sociais característicos da cultura nacional do ser brasileiro) LAVALLE (2004) de um povo miscigenado, como Gilberto Freyre que encontra na antropologia de Franz Boas o meio pelo qual explicará tanto nossas qualidades como nossos 'problemas' de cultura de miscigenação, ou Sérgio Buarque que também fará um grande esforço intelectual para ver em outras bases, que não a raciológica, o fato de nossa cultura de transplante não ter dado certo em terras tupiniquins.

5.2 PENSAMENTO POLÍTICO: DA IDENTIDADE NACIONAL

5.2.1 A originalidade e o lugar-comum de algumas idéias

Antes de tratarmos efetivamente da nossa identidade brasileira vista pelos olhos de nossos intelectuais, cabe uma breve explanação sobre os diferentes motivos que os estimularam a usá-las como instrumento para entender o Brasil, a advogarem por sua importância como mecanismo para tanto e, não a encontrando, procurá-la ou construí-la de acordo com a necessidade do momento histórico.

Para alguns a nossa identidade nacional sempre esteve presente, talvez antes mesmo da descoberta do Brasil, pois denominam a carta de Pero Vaz de Caminha de nossa certidão de nascimento (LAVALLE, 2004). Lá já estavam nossos motivos edênicos relatados, a grandeza da natureza e todas as boas

possibilidades de colonização: terra boa para o trato, (onde se plantando, tudo se dá) índios amáveis, natureza exuberante, etc.

Dentro dessa corrente há os que elegem alguns elementos culturais como mote de nossa identidade nacional. Ora são os românticos, que elegem o índio como símbolo de nossa identidade nacional, ora são os negros que terão na República suas tradições culturais valorizadas e transformadas em símbolos nacionais. São, no entanto, parte da corrente que advoga a existência de um ‘caráter nacional brasileiro’, que já está inscrito na nossa realidade social. Não se vêem como artífices dessa identidade nacional, mas apenas seus tradutores.

“Graças às suas raízes próprias, o Brasil possui uma identidade que nada tem a invejar dos países centrais. A exaltação da origem tupi da nação esteve em voga entre autores de todos os matizes. A corrente verde-amarela, emanção direitista do Modernismo, reunindo homens como Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia – todos futuros adeptos do integralismo -, fez dela uma especialidade” (PÉCAULT, 1990: 36).

Para a maioria dos intelectuais que trataram do tema, ainda hoje somos ‘uns desterrados em nossa própria terra’, porque nossa identidade é uma ‘inconclusa’, ‘inacabada’, ‘sempre por se fazer’, devido ao nosso mal de origem: de terra colonizada por portugueses, onde diversos povos confluíram, fruto do transplante da cultura européia, do desencontro do homem étnico-cultural com o seu meio, e onde, antes da Independência, nunca se pretendeu transforma-la em uma Nação. Viveríamos aqui sempre buscando construir uma identidade genuína que nos servisse de reconhecimento entre brasileiros que confluísse para uma mesma comunidade de interesse. Este inacabamento que resultará na ‘ninguendade’ brasileira, como nos diz Darcy Ribeiro, precisaria ser superada para que saíssemos da condição de país de periferia, subdesenvolvido, à margem do sistema econômico e político mundial (BRESCIANI, 2001).

“Ou seja, na escolha de um dado procedimento de retorno às origens, no qual a condição tropical do território e as características do povo colonizador nos fariam surpreender, exatamente lá, um mau começo que se teria colado a nosso destino e nos traria aprisionados? Seria essa a chave para o entendimento da persistente afirmação do inacabamento da nação e, daí, da nacionalidade?” (BRESCIANI, 2001:406).

Poderíamos dizer que o tema da nossa identidade coaduna-se mais uma vez com o das 'idéias fora do lugar'. Pois já nos exortava Oswald a nos posicionarmos 'contra todos os importadores de consciência enlatada' (BRESCIANI, 2001:409) Não poderíamos adotar uma cultura alheia como se fosse a nossa, era preciso que nos reconhecêssemos culturalmente para que pudessem ser agentes ativos do mundo. Antes, quando Mário de Andrade escreve *Macunaíma*, parece querer nos falar desta identidade fluida brasileira, que vem da confluência de vários povos e dissemina-se entre nós sem nos dar forma definida e deixa-nos a sensação de inadequação a que a perda de um caráter identitário rijo usurpado pelos nossos mal de origens, teria imprimido ao povo brasileiro. Não somos nem nativos, nem europeus. Somos povos colonizados, deportados, explorados e depois abandonados à própria sorte. Então a pergunta que Mário parece fazer é: Qual é o lugar do povo brasileiro que são todos e é nenhum e vive a tentativa de se adequar, na tentativa de sobreviver aos novos tempos, o da modernidade? No entanto, observará Bresciani que

“Embora críticos, esses ‘interpretadores’ do Brasil buscaram seus materiais de trabalho nesse fundo-comum de conceitos e preconceitos entretecidos por vozes e discursos diferentes no decorrer de, ao menos, dois séculos, para sobre o quadro cronológico tradicional- colônia, império e república – tecerem uma outra narrativa, uma outra camada histórica comprometida com a tarefa de captar o específico ser brasileiro. Usos e costumes passam a ser o foco de atenção no firme intuito de desvendar o homem por trás das instituições (BRESCIANI, 1998:48).

‘O meio tropical adverso’, ‘a carência intelectual de moto próprio’, e a ‘imagem fatalista’ (impossível fuga do meio e da herança mestiça – origem mítica fundada nas três raças) são para Stella BRESCIANI os nossos famosos pecados de origem ou as três armadilhas da nossa identidade nacional: lugares-comuns recolhidos de um mesmo fundo-comum de teorias, informações e preconceitos a que nossos autores recorrem quando pretendem tecer dos motivos que configuraram nossa identidade nacional.

“Como poderiam eles, os interpretadores do Brasil, por sua vez, evitar a armadilha em que se vêem presos sem desatar as amarras de como recortam a história do ponto de vista nacional, lendo-a a partir das concepções mesológicas, cujo poder persuasivo emana das imagens da evidente diversidade geográfica e climática? Como evitariam a armadilha sem abandonar a noção de origem ou de raízes, concepção telúrica de inspiração romântica, carregando em si ainda a

disputa entre a universalizante idéia de civilização e a particularizante idéia de cultura?” (BRESCIANI, 2001:424).

Os nossos três autores (Holanda, Freyre e Vianna) compõem o grupo de intelectuais que pensaram a identidade nacional como categoria pertencente ao mundo histórico-social. A colonização seria sim o principal elemento desta narração sobre os termos da nossa cultura brasileira e identidade nacional. Seja ela uma inconclusa, exatamente por causa da colonização portuguesa, incapaz de criar algo novo no Brasil, valendo-se de experiências coloniais outras que deram certo, portanto, ainda, importando instituições (como a permanência do latifúndio agrário), como para Sérgio Buarque de Holanda, ou indubitavelmente inscrita nas múltiplas culturas que a formaram harmoniosamente, como em Gilberto Freyre, mas realmente presente apenas enquanto durou o período colonial (sucesso embasado na plasticidade do português em lidar com o meio tropical adverso e experimentado na inter-relação com as mais diversas culturas), já que com a independência, a cultura brasileira teria sido reeuropeizada; ou, ainda, fadada a permanecer como obstáculo ao desenvolvimento nacional. (daí a impossibilidade de uma modernização democrático-liberal) porque tem seu histórico no descompasso do homem mestiço com a terra tropical, como em OLIVEIRA Vianna.

“Nos autores que pensaram o Brasil diante do horizonte aberto pela revolução de 30, a identidade é há um tempo virtude e defeito, compósito decantado no decorrer de longos processos históricos que, incorporado cultural e psicologicamente, caracteriza de forma mais ou menos unitária o conjunto da população – não as raças ou certas camadas. Por isso, a identidade, é em tese, passível de mudança mediante o efeito vagarosos das tendências socioeconômicas de longo prazo” (LAVALLE, 2004: 93).

Parece-nos óbvio que aquilo que está sempre sendo enxergado como uma ‘busca’, nunca encontrada, nunca concluída, sempre por se fazer, não se mostre como questão arrematada. Sendo a identidade uma construção de segunda ordem, ela estará sempre sujeita ao processo político de reformulação de suas bases, pelo qual passaram sempre as identidades nacionais no ocidente. Também, se vista como pertencente ao fatalismo das culturas que se formam dentro de um espaço e um tempo histórico, ela será refém da tradição cuja recepção teve maior êxito na definição daquilo que conceberam como nacional.

“Esse lugar-comum paradoxalmente aprisiona, exatamente por não deixar que se abandone a metáfora, cerne do lugar-comum da ausência de identidade, de povo novo ainda em formação carregando a pesada herança lusitana” (BRESCIANI, 2001: 425).

LAVALLE, (2004) recorrerá às reapropriações de temas executadas pelos autores fixando-as dentro de um elenco de problemas que cada período histórico referente à nossa nacionalidade suscitou. O ‘horizonte de problemas’ de cada período fornecerá os temas que precisariam ser revistos e/ou problematizados. Assim, por exemplo, enquanto o tema da natureza pode ser encontrado nas diversas reflexões sobre a nossa nacionalidade, ele não será necessariamente tomado nos mesmos termos em todos os períodos históricos por que cada um deles nos oferecerá um problema diferente, a mestiçagem, p.ex., antes e depois da abolição da escravatura.

“Permanência de um elenco de temas como a miscigenação, a lascívia ou a plasticidade não implica continuidade no terreno dos problemas. O q não significa q teríamos de abolir da historiografia sobre o caráter nacional os elementos contínuos na tradição deste pensamento” (LAVALLE, 2004:71).

Essa reflexão de LAVALLE (2004) torna-se importante para nossa análise do espaço público porque as reapropriações que defendemos ser realizada até hoje quando se pretende diagnosticar as quantas anda a vida pública no Brasil são aquelas que recorrem à determinada historiografia do caráter nacional brasileiro, ou seja, dos intelectuais de fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Quando BRESCIANI (2001) fala dos lugares comuns refere-se ao corpo de idéias produzidos pelo primeiro, enquanto LAVALLE (2004) está chamando a atenção para o fato de que qualquer reaparição do tema sobre a brasilidade pode ser visto como pertencente a uma historiografia quando não o for.

“Historizar lançando mão do expediente de descobrir e datar influências Remotas (...) essa tentativa produz no mesmo ensejo a constância visada, mas de forma retrospectiva, como efeito de continuidade, como invenção da memória de uma linhagem – isto é, como construto anacrônico cuja legitimidade é garantida mediante sua inserção historiográfica no âmbito da tradição” (LAVALLE, 2004:71).

Assim, ao analisarmos as continuidades advindas de reapropriações realizadas tanto pelos intelectuais quanto por outros mediadores simbólicos de uma determinada realidade social, é preciso reparar em que sentido elas se fazem

legatárias de uma tradição, em nosso caso, a recorrente apropriação do tema do privatismo da vida pública, ou apenas recolhem dessa tradição alguns dos temas que os ajudasse a dissecar novos problemas.

Também porque ao nos depararmos com análises acadêmicas ou afirmações cotidianas presentes no imaginário social sobre o nosso espaço público, é importante perceber em que medida elas estão se apropriando de uma tradição, como ocorre com a maioria dos estudos sobre a república brasileira, ou estão iluminando uma nova possibilidade de perceber o nosso espaço público. Já que este exercício nos “permite firmar o estranhamento das idéias coaguladas na literatura sobre a identidade nacional ou o ethos como origens remotas, tradições seculares, continuidades essenciais e imutáveis, traços constituintes do ser nacional” (LAVALLE, 2004:71). Como também, perceber relevantemente as discontinuidades que por ventura apareceram.

Embora LAVALLE (2004) nos diga dos nossos autores que estes anteviam mudanças em nossa identidade conforme se moderniza o país, o modo como se configurou a identidade nacional através da recorrência dos nossos traços culturais, criando símbolos da brasilidade e manifestações do sentir-se brasileiro, impossibilita a que novas formulações ocorram, haja vista a recorrente reapropriação que realiza a literatura sobre o tema.

“É a reapropriação que faz possível a realização do efeito de continuidade, ao intermediar entre a disponibilidade dos temas e as exigências dos problemas que, propostos no presente, levam os autores a explorar determinadas perspectivas de leitura do passado” (LAVALLE, 2004:71). A necessidade de percebermos mudanças em nossa vida pública talvez não tenha sido ainda suficiente para rever em que termos tratar os problemas. Estes ainda se nos apresentam como nossos específicos originais e naturalizados problemas. A título de observação de como no Brasil a Nação se formou pelo da uma identidade nacional, citamos BRESCIANI:

“A uniformidade cultural e a unidade nacional teriam sido asseguradas por um processo continuado e violento de unificação política, de supressão de toda identidade étnica

discrepante e opressão de toda tendência virtualmente separatista. Os movimentos sociais em luta por uma sociedade mais aberta e solidária, emudecidos sob a violência unificadora, confirmariam a uniformidade cultural sobreposta a ‘uma profunda distância social’, ou ‘estratificação de classes’ produzida pelo processo de formação nacional” (BRESCIANI, 2001:404-405).

5.3 A IDENTIDADE NACIONAL EM OLIVEIRA VIANNA, SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E GILBERTO FREYRE

Neste título, a abordagem a ser realizada refere-se às assertivas sobre a nossa formação histórica que teriam nos conduzido a um estado tal de coisas que nos teria levado a um espaço público ditado pelas normas da vida privada. Aqui, no entanto, trataremos apenas das formulações sobre nossa identidade nacional pautada na já abordada relação com o meio e com a raça, na abordagem referente à colonização e na inadequação de nossas instituições. No capítulo seguinte, veremos como essas formulações delinearam a ‘identidade de nossa vida pública’ e às conclusões a que chegam os autores sobre as melhores soluções para uma nação alijada de cultura própria, portanto elite e povo pensantes, para que não viesse a capitular às necessidades reais de construção da nação dentro de nosso específico tempo histórico.

A edificação de uma sociedade colonial com todas as suas especificidades de civilização de raízes rurais, cujas relações sociais pautavam-se pela servilidade e onde o poder aglutinador girava em torno das grandes famílias regionalmente estabelecidas política e economicamente é o que nos dará os primeiros traços do ethos público patriarcal e privatista da identidade nacional: que é a definição mesma da nossa estruturação social, de sociabilidade familística, de práticas e valores culturais familiares, que levam à “apropriação do impessoal pelo pessoal, do abstrato pelo concreto, do objetivo pelo subjetivo, do coletivo pelo particular, do público pelo privado” (LAVALLE, 2004: 111).

O poder senhorial torna-se, assim, referência sine qua non, os nossos três autores não teriam desenvolvido suas teses/construção sobre a nossa identidade nacional. Para Oliveira Vianna o fato imponderável de termos nos constituído desde sempre em um aglomerado de terras em poderes desmembrados ao Estado é fator explicativo de como teria se constituído a nossa práxis política. Tanto que para ele

existiria em nossa constituição social um continuum histórico de clãs que teriam origem no primeiro colonial, o feudal, e evoluiria aos clãs parentais, e posteriormente aos clãs eleitorais. Daí a origem e a constituição atual de nossas instituições políticas e sociais. Estes são agrupamentos do poder que se pautam na solidariedade servil antes que numa efetiva participação política daqueles (homens livres e escravos) que são obrigados a viverem em volta dos senhores rurais.

Constituir-se-iam, assim, em pequenos estados, assegurados pela violência, mesmo contra o Estado Nacional brasileiro, pelo poder ilimitado de mando e de gerência sobre suas terras. (BRESCIANI, 1998).

“São eles os senhores da terra e da guerra na defesa do território contra as agressões do índio, do estrangeiro e dos quilombos de escravos fugidos, e na expansão dos seus domínios; formam um clã pelos laços de parentesco e pela dependência” (BRESCIANI, 1998:46-47).

Se não houvera mesmo o poder local, estavam todos a mercê da anarquia a que a ausência do Estado brasileiro os teria legado. Não faziam nada mais do que organizarem com fins a sua própria sobrevivência.

Para Oliveira Vianna, a compreensão da realidade nacional passa por termos em conta o fato de vivermos em um país geograficamente imenso e de grande heterogeneidade populacional, ou seja, formado pela composição de três raças distintas (o que nos traria mais malefícios do que benefícios), e teve suas instituições próprias evoluídas no interior do Brasil, desta configuração é que teríamos a tônica da compreensão da cultura brasileira e do que viria a ser nossa psique nacional. Essa se constituiria através de longos processos de formação da sociedade brasileira pautada no direito costumeiro organizado pelos poderes locais, portanto avesso ao que nos conduziria às normas legais abstratas ou ao ‘interesse coletivo ao invés do apenas interesse particularista.

“Com uma proposta de reforma política firmemente ancorada na concepção voluntarista de integração nacional, por meio da ação centralizada no estado autoritário, propunha que nos detivéssemos, sem ‘nenhum dado apriorístico’, na observação dos fatos da ‘experiência, nos fatores étnicos social, econômicos, geográficos, etc., para com eles aprender a ‘estrutura e mentalidade atual’. Ou seja, propunha, como passo anterior à formulação de um projeto político, chegar ‘ao conhecimento do povo, sua estrutura, sua economia íntima, sua psique’ (BRESCIANI, 2001:410)

O homem brasileiro não possui dois atributos importantes, e abundantes em sociedades de configuração liberal como a inglesa, para que seja um ‘citizen’: o biológico, referente à superioridade racial, e o moral, decorrente da nossa peculiaridade de formação histórica (LAVALLE, 2004). “Em seus trabalhos, a psicologia social, em sua vertente determinista, surge como elemento identificador, daí diferenciador das nacionalidades” (BRESCIANI, 1998:34). A essa nossa psicologia social, LAVALLE (2004) a denomina de psicologia naturalista porque animada por determinações ambientais e raciais.

“A crença no poder determinante de elementos exteriores à vontade humanas – o solo, a raça, o clima e a história – fazem Oliveira Vianna enveredar por caminho semelhante ao determinismo de Taine e, assim, afirmar a possibilidade de ‘construir a eternidade de nossa estrutura política, taine’ (BRESCIANI, 1998:33).

De fato, as mudanças na estrutura social brasileira seriam seriamente observáveis na medida em que pautadas na já fincada e presente formação nacional, nunca através da imposição de institutos alheios à nossa originalidade (o que denomina Vianna de mudanças exógenas), mas pautadas nas que fizessem jus a nossa realidade nacional.

Para Sérgio Buarque de Holanda, o Patriarcalismo também é o fator aglutinador da sociedade rural brasileira. A descontinuidade ou oposição faz-se, então, entre o Estado e o círculo familiar, inexistindo qualquer gradação (HOLANDA, 1995), é ‘a lei da cidade sobre a lei da família’. E que também constituirá os traços de nossa psique individual e coletiva: seremos os legatários do ‘homem cordial’ como também os legaremos ao mundo através dos institutos do personalismo e do familismo, da sobreposição do público pelo privado, do informalismo das relações pessoais, da ausência de hierarquia, da tibieza das instituições, enfim, o oposto de uma coesão social orgânica, comum às civilizações.

O homem cordial é assim um conceito formulado para condensar alguma das nossas particularidades, herdadas e constituidora da ética lusitana, que se formulam no âmbito patriarcal. O homem cordial forma-se então dentro da lógica

do personalismo, que será necessariamente individualista porque herdeiro do espírito aventureiro (fidalgo – filho d’algo) português. Este, pouco afeito à ética do trabalho, verá na possibilidade da colonização um modo de angariar riqueza sem ter de se sujeitar à solidariedade coletiva que exige cooperação, constância, organização; e não a audácia, a competição e rivalidade comum à forma como se erigiu a sociedade colonial. Por isso, para Buarque de Holanda, poderiam os portugueses ter gerenciado sistemas econômicos onde fossem os senhores máximos da terra e do mando, mas nunca o fariam de modo coletivo.

A cultura da personalidade é está que os torna senhores de sua vida e de seus meios de sobrevivência, por isso mesmo, os únicos responsáveis pelo seu próprio sucesso, as formas coletivas como ceifas de qualquer empreitada pessoal. A hierarquia nesta sociedade é, portanto, fundada no prestígio pessoal dos que lograram êxito, independentemente do prestígio familiar que, por ventura, carregassem, já que aqui, ao contrário das recorrências de valor social às tradições portuguesas, estaríamos dispostos a valorizar o ‘self made man’ (HOLANDA, 1995).

Às frouxas relações de solidariedade das instituições, recorreríamos ao Familismo, instituto que substituiria a solidariedade orgânica das relações impessoais presente em sociedades civilizadas, pela solidariedade mecânica, de vínculo direto, do homem cordial (LAVALLE, 2004). Diz respeito, novamente, à sobreposição do público pelo privado que é valer-se das relações familiares, de vínculos privatistas para angariar vantagens pessoais, não porque exista implícita nisso necessariamente uma imoralidade presente em nosso caráter, mas porque assim se formam os vínculos sociais: da impossibilidade de recorreremos à solidariedade orgânica, às leis abstratas, incorpóreas de um instituto que nos torne igualitário perante os demais.

Daí a nossa aversão às formas impessoais, à ritualística, a distancia social. Teríamos horror a tudo que não nos possibilite a diferenciação ante os demais no sentido de que somente estaríamos seguros no mundo se reconhecidos pela nossa particularidade: pelo parentesco, pelos títulos, pelas honrarias etc. que nos possibilitariam fugir do horror à distância e nos resguardarmos nos laços

personais, nos contatos primários, nos ‘laços de sangue’ e do ‘coração’ para fugir da necessidade de ter de apoiar-se a si próprio em todas as circunstâncias da existência. (HOLANDA, 1995)

“Ao homem cordial, eventualmente violento e anárquico, o historiador opôs a figura do homem polido, capaz de controlar seus ímpetos pessoais diante da preeminência de interesses coletivos. Estudou o costume generalizado na população urbana de tratar familiarmente os interlocutores pelo primeiro nome, abolindo o emprego dos sobrenomes de família, o que interpretava não como aspecto democratizante, mas como um sintoma da necessidade de aparentar harmonia, de desfazer facções e diferenças e de apelar para o emotivo. Contrastou nos países modernos as características ordenadoras da educação cívica e da capacidade de organização política às tradições de prepotência pessoal e mandonismo local, estudando a persistência na sociedade brasileira de ‘certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e emocional, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (DIAS, 1998:99).

Em ‘Raízes do Brasil’, ele mesmo o diz:

“Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de uni-los. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de refrear as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas” (HOLANDA, 1995:5).

Às raízes a que se refere HOLANDA em sua obra, poderíamos considerá-la inexistente, pois para ele as instituições no Brasil formaram-se sempre de modo equivocado: para ele haveria uma séria impossibilidade de lograr êxito o estabelecimento de institutos culturais alheios aos seus destinatários, que teriam se desenvolvido historicamente e culturalmente em ambiente diverso daquele no qual surgiram estes mesmos institutos. “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Raízes, 1995:142)”. A sua oposição era contundente quanto ao “intelectualismo improvisado de nossas elites”, ‘esquematismos superficiais’, o ‘querer governar por decretos’, de ‘importar modelos políticos’ e ‘de embuti-los nas leis’, como se estas pudessem atuar indiferentes aos costumes políticos da sociedade brasileira” (...) “como se uma constituição, pelo simples fato de estar escrita, pudesse levar as transformações sociais” (DIAS, 1998:13).

Já para Gilberto Freyre, a herança colonial lusitana traz mais vantagens para a nossa socialização do que desvantagens. A plasticidade portuguesa, que se faz pelo amplo contato com outras culturas, herança das correntes imigratórias de mouros e tantos outros, torna sua incursão no mundo tanto bem vinda, quanto próspera. A ‘Lusotropicologia’ será a ciência fundada por Freyre, uma nova abordagem sobre como incorre a presença da cultura europeia portuguesa ‘bicontinental’, entre África e Europa, nos trópicos. Tendo estudado com Franz Boas, antropólogo americano que desenvolve o caráter etnográfico de observação da antropologia, adotará um ‘culturalismo’ muito próprio seu, de observação da vida íntima e cotidiana da sociedade brasileira, tanto que há quem diga que apenas refletia visões de uma elite tradicional agrária da qual advinha (LEITE, 1992).

No entanto é certo que Freyre se utilizará do conceito de ‘cultura’ para continuar utilizando ‘dados da experiência’ sobre os brancos, os negros, os indígenas, e os mestiços como dados de referencia específica a determinadas raças, como se já tivessem nela inscrita um determinado conjunto de características culturais. O fator ‘herança hereditária de raça’ é trocado pelo fator herança hereditária de cultura. Para tanto, agrega-lhe o fator ‘formação histórica’ em que estão inseridos os complexos que analisa, como p.ex., o complexo que denomina de ‘Casa Grande & Senzala’. A título de clarificação:

“A formação patriarcal no Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariam não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico” (FREYRE, 2000:47).

Casa Grande & Senzala é para Freyre o símbolo maior de nossa nacionalidade, será a partir deste complexo de opostos que se interpenetram para se harmonizarem que se fundarão todas as futuras características do ‘ser brasileiro’, nossos usos e costumes, nossa psique e nossas instituições. O complexo C&S é mais uma prova da maleabilidade que possui o português e dos frutos positivos advindas da mestiçagem. Como nos afirma BASTOS (1986), Freyre quererá destruir

dois mitos, o da impossibilidade de desenvolvimento da cultura européia nos trópicos e da incapacidade do mestiço em ser herdeiro dessa cultura.

Para tanto, localiza o seu foco de estudo na fase de opulência do açúcar no Brasil, período em que teria surgido frutificado e criado raízes a cultura brasileira. Será para ele, que fala de sua perspectiva presente, a da República, a época mais autêntica da cultura brasileira, já que alicerçada sobre o complexo C&S. Como os nossos outros dois autores, Gilberto Freyre entende o período imperial como de importação de modelos, cita inclusive o de roupas de inverno, BRESCIANI (1998), e de imposição de instituições a uma sociedade que já teria encontrado em seu próprio desenvolvimento os seus caminhos políticos, como o da descentralização que se asfixiava a uma crescente centralização. O Estado Novo, que promove a queima das bandeiras, não atualizava suas políticas com a cultura nacional visto que essa surge e se desenvolve inter - regionalmente. O regionalismo em Freyre é valorizado na medida em que há nele intrínseco a importância da família patriarcal na formação da cultura brasileira. O seu ethos nos rende todos os elementos que comporão a nacionalidade brasileira. As forças oligárquicas que dela surgem são a única garantia, presente na colônia, de ordem social. Com o serão posteriormente de união nacional.

É interessante notar que para Freyre a democracia já tivesse se desenvolvido no Brasil pelo alto grau de descentralização e de concentração de poder entre as oligarquias regionais. O coronelismo sendo uma espécie de democracia. A centralização que vinha ocorrendo era para ele o contrário do que deveria impor a união nacional. A nossa identidade fazia-se exatamente através das enormes diferenças regionais entre si que conviveram bem ao longo de todo período colonial. A centralização torna-se aos seus olhos fator desagregador, haja vista que sua concepção de união era uma que agregava harmonizando, varrendo de cena os conflitos, necessariamente perigosos, porque poderiam transformar os Estados em busca de mais poder em partidos políticos que guerrearão entre si.

Mais um motivo para que Freyre fosse considerado representante da elite pensante tradicional, “a ideologia tradicional toma o partido das regiões, isto é, do

estamento dominante que pouco a pouco perde a direção política do Brasil. Neste sentido o estado se contrapõe ao 'tradicional', pois ele é o promotor do processo de 'modernização' do país" (ORTIZ, 1994:98-99). Gilberto Freyre chega a defender claramente a necessidade da elite industrial estar ancorada na elite agrária como fator de desenvolvimento do país, a primeira capaz de compreender e manter a velha ordem social, tão importante quanto a permanência da cultura brasileira.

O complexo C&S, ponto de apoio para a organização da política nacional, é o nosso centro de coesão patriarcal e religiosa entre brancos e negros. Onde se formam os equilíbrios de antagonismos culturais abrandados pela miscigenação que teria corrigido "a distancia social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a senzala", (BASTOS, 1986:50). Tanto a aclimatabilidade, a indecisão étnica e cultural, quanto à miscibilidade e o catolicismo amaciado característicos da cultura portuguesa como a interpenetração cultural com o negro e com o índio teriam produzido no Brasil a possibilidade de convivência de culturas de modo a tornarem-se complementar uma a outra e de produzir, por isso, a democracia racial. Mesmo a escravidão torna-se amainada por esta possibilidade de convivência de opostos que se interconectam dando vazão a um novo ethos brasileiro, o lusotropical (BASTOS, 1986:51). A família patriarcal é o resultado social de configurações econômicas; mais ainda, é o resultado de relações sociais necessárias à produção e adaptadas a um determinado meio físico: o tropical. 53, 'ancorado na senzala que a casa-grande ganha força social, o que permitirá ao patriarcalismo o triunfo face ao estado e à igreja. Estes serão 'os verdadeiros donos do Brasil'

A obra de Freyre é considerada a fundadora de nossa nacionalidade porque consegue transfigurar os conflitos presentes no seio da colonização e da escravidão em possibilidades de convivência e troca, ou seja, Freyre cria a imagem de um país latifundiário e patriarcal cujo desenvolvimento econômico valeu-se de grandes latifúndios monocultores e da violência do trabalho forçado em país construído do valor das diversas culturas que a ele afluíram voluntariamente ou forçosamente.

“Quando Gilberto Freyre publicou *casa grande e senzala*, em 1933, o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro, sobretudo se pensarmos no prestígio de um escritor como Oliveira Vianna e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológica ao nazismo” (MOTA, 1990:29).

Assim, podemos considerar Freyre como o principal intelectual de uma nacionalidade brasileira formada pela negação do conflito racial, cultural e de classe porque transforma nossa miscigenação em possibilidade de convivência entre opostos, através da negação do outro como diferente. Não reconhecemos nem a raça, nem a diferença sexual, nem a exclusão social porque não as localizamos como próprias de um processo histórico de uma sociedade escravocrata, que fora, no Brasil, conflituosa e excludente. Aqui a miscigenação aplainou as diferenças sociais e possibilitou o acesso aos recursos de cidadania, supostamente universais.

5.4 AS FORMULAÇÕES SOBRE O ‘ETHOS’ PÚBLICO

O ethos público é um corpo de definições sobre a vida pública nacional correspondente ao modo como é visto o espaço público no Brasil, este, segundo Lavallo (2004) diz respeito a tais fatores: às características do estado, ao funcionamento das instituições políticas, ao exercício da própria política, às condições da vida pública que são os efeitos da organização da sociedade civil e o papel de instituições Cívicas relevantes.

O Ethos Público é observado nas formulações que alegam a hipertrofia da vida privada, a amoralidade dos costumes, o patrimonialismo, a incivilidade, o familismo, a insolidariedade, a indistinção entre o público e o privado, o clientelismo (LAVALLE, 2004). Ou seja, disposições características da nossa identidade nacional e que vemos transpostas como clarificação do espaço público no Brasil, produzidas pelos autores que trataram da nossa identidade nacional: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, Nestor Duarte, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Manuel Bonfim e tantos outros (LAVALLE, 2004).

Esta transposição só pode ocorrer na medida em que ‘a procura do homem por trás das instituições’ seja uma constante nesses autores; ou seja, que haja a permanência da crença no caráter do homem brasileiro (ainda que agora

compreendido em termos culturais) definindo as feições da vida pública e da identidade nacional. O produto cultural far-se-á conforme o seu criador. O homem cultural brasileiro é tal que somente ele é responsável pelas características da nossa nacionalidade. A correspondência é tão direta que a psicologia desse homem pode conformar as instituições políticas ou não ser por elas modelado, haja vista a peculiaridade de sua cultura se estiver desconforme a tais institutos. O ethos público é:

“(...) Uma peculiaridade apensa ou derivada do ethos ou identidade nacional – é manifestação do ímpeto do privado e de sua obra edificadora que, indiretamente, rarefaz o espaço vital do público condenando-o à exigüidade. Assim, o ethos público constitui um recurso analítico para isolar, apreender e caracterizar em sua especificidade um modo de explicação de larga presença, que de outra maneira teria de ser chamado de forma demasiado imprecisa de culturalismo ou psicologismo aplicado à interpretação do espaço público no Brasil” (LAVALLE, 2004:99).

A lógica do ethos público pressupõe que os sentimentos, valores e condutas produzidos pelos condicionamentos históricos do mundo público com o privado (pois que a colonização foi produto de senhores ‘donos da terra e da vida dos homens’) tenham formado as características da sociabilidade política. A lógica da sociabilidade local e privada fora estendida para a pública, porque assim o foi sempre no Brasil: a psique da elite e do povo sendo conformada pela lógica privatista. Se por um lado ocorre a perversão do espaço público, por outro ele é visto como inexistente. Sempre cooptado pela lógica privatista, não poderá se desvencilhar dela, torna-se apenas a extensão de um outro domínio social, o do privado.

A inexistência faz-se também pelas bases já abordadas em ‘as idéias fora do lugar’: parte do pressuposto da inexistência de uma elite nacional, bem como da inexistência do povo brasileiro como ator político. O desacoplamento entre a sociedade e o Estado sugerido pelo artificialismo das idéias teria produzido um espaço público asfixiado pela impossibilidade de ser o intermediador natural entre ambos. Daí nos exortar Lavalles a perceber o horizonte de problemas do início da República: a necessidade de percepção de que aquela sociedade até a pouco tempo não tinha definido o papel da escravidão em sua sociabilidade política.

“É senhor, portanto, formular a questão da origem do ethos público em termos de horizontes de problemas que animou uma reapropriação específica de

determinados elementos pertencentes aos temas da identidade nacional, agora ressignificado sob um escopo analítico a rigor novo” (LAVALLE, 2004:71-72).

Veremos no próximo título as formulações que ajudaram a construir, ampliar e manter no Brasil a tradição de análise do público através da análise do privado, enquanto características advindas no bojo do processo histórico-cultural brasileiro, que perdurariam até hoje porque inscrita nas nossas determinações culturais. Aqui cabe uma importante observação, o ethos público é uma estilização que serve como categoria analítica para que possamos entender as formulações de diversos autores, sem, contudo defendermos que estejam todos animados pelos mesmos motivos ou compareçam na literatura de modo homogêneo.

“Sem transgredir essas ressalvas, a ‘montagem que levava à consolidação do ethos público é passível de reconstrução analítica graças ao fato de as variações se reportarem ao mesmo núcleo conceitual de forma não contraditória, operando uma contínua reposição de argumentos e caminhos não muito diversos e, por vezes, bastante parecidos” (LAVALLE, 2004:101).

5.4.1 A identidade da vida pública

Expor o núcleo a que convergem às formulações sobre a nossa identidade nacional é desvendar a própria identidade da vida pública no Brasil, visto que, como já referido, o homem e o meio criaram as instituições à imagem e semelhança da cultura surgida de nosso processo histórico de colonização. Assim nosso ethos público diz respeito às relações sociais no espaço público, ao modo como conduzimos o funcionamento de nossas instituições e, principalmente, como nos utilizamos de nosso papel de agente no mundo quando nos pomos a ‘fazer política’. Pois, no Brasil, fazemos política tal e qual no período colonial, esta é a conclusão de nossos autores, uma vez que este *modus vivendis* está inscrito no *modus brasilis* de ser.

E qual seria este? Ainda se não nos dispuséssemos a estudar o ‘ethos’, se nos fosse dado (aos brasileiros) a possibilidade de destacar alguns dos elementos característicos da nossa vida pública, muito provavelmente desenrolar-se-ia uma grande lista de proposições já conhecidas e repetidas *ad nauseum*. Como as que destacam as hierarquias de poder baseadas no prestígio pessoal do ‘você sabe com quem está falando?’, aquelas que apontam a transposição do

público pelo privado através do ‘tráfico de influências’, da burocracia que se torna um óbice apenas aos que ‘não possuem um peixe’, dos que conseguem burlar a lei em benefício próprio ou de outrem pelo ‘jeitinho brasileiro’; há aqueles que vêm no Homem Cordial a nossa passividade frente às injustiças sociais, ou quiçá o nosso horror às resoluções violentas – portanto estaríamos indispostos a nos filiarmos a lutas armadas ou exigir os nossos direitos de modo combativo. A despeito disso, apenas um estado forte teria condições de ‘pôr ordem na casa’, em desenvolver o país, etc.

Não poderíamos deixar de mencionar as referências à classe política, já que, “lá na Bruzundanga, os mandachuvas, quando são eleitos, e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os da sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições, para executarem esse seu alto fim político.”¹⁴ Pág.65 Ou seja, não só se apropriam da máquina pública em benefício próprio, como também somente lhes tem acesso aqueles que, de um modo ou de outro (pelo poder econômico, pela tradição familiar na política regional, pelo acesso à máquina partidária), já são os ‘mandachuvas’. Conclusão: ‘o caráter da vida pública está em ser privada’. (inserir nota)

“O privatismo, a cordialidade, o paternalismo, a dádiva, o familismo, a incivilidade, o intimismo, a aversão ao conflito, a insolidariedade, o particularismo, a passividade e tantas outras características semelhantes – algumas decerto mais ‘pitorescas’ como a ‘mandragem’, o ‘jeitinho’ ou a ‘moleza’ – exprimem a lógica do ethos enquanto prevalência de diversas formas de realização do privado pelo público, e, sem dúvida, têm sido e são passíveis de usos e abusos nas mais diversas argumentações para explicar distintos problemas da vida e do espaço públicos no Brasil” (LAVALLE, 2004:154).

O Ethos é então, ao mesmo tempo, as formulações sobre a identidade da nossa vida pública brasileira tanto quanto o núcleo teórico sobre o nosso espaço público compartilhado pelos nossos intelectuais. O modo como as abordagens teóricas sobre o ethos conseguem se disseminar entre a população e se transformar em verdades iniludíveis, é com certeza tema para outra monografia, embora já tenhamos aqui dado algumas indicações: o uso que o Estado faz da cultura como fator de unidade nacional e, posteriormente, como política de Estado pela disseminação de uma ideologia do trabalho são dois bons referentes. Além do fator

¹⁴ Barreto, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Editora Germape. Neste livro satírico sobre o Brasil Republicano, Lima Barreto, escritor (pré-) modernista, expõe seu ponto de vista sobre as mazelas do ‘familismo’ que vinha, segundo ele, acometendo a sociedade brasileira.

da ‘reapropriação’ do ethos que obsta a possibilidade de perceber mudanças como de teorizarmos sobre elas.

Assim, a identidade da vida pública, pela mão de nossos intelectuais, está em não ser conflituosa, característica que ganha forma durante os séculos de patriarcalismo. A dominação e a violência social presente no sistema latifundiário-escravocrata cede ao cruzamento étnico que gradativamente possibilitará o cruzamento inter social. Aquilo que era inicialmente antagônico torna-se cultura compartilhada, convivência pacífica de opostos, que é o resultado da fusão de culturas diversas, do seu amalgamento étnico ou acomodação dos conflitos no seio da família patriarcal “é por isso que as relações sociais não são marcadas pelo antagonismo de classe” (BASTOS, 1986:53), segundo Freyre.

Se no âmbito privado ocorre a acomodação dos opostos, segundo a lógica de Freyre, por que então haveria de apresentar-se o espaço público como conflituoso? Mas ele realmente não o é, visto que até a sobreposição do público pelo privado, pela ótica de Freyre, é tido por mais uma prova da boa feita dos portugueses nos trópicos. O que observamos de Freyre é que o ethos não é necessariamente um defeito congênito ou uma caracterização da ausência da vida pública no Brasil, como é para Holanda, por exemplo. É antes, o ‘jeitinho’ que surge da necessidade de transpor a diferença de oposições sociais, mas que ao final de contas conseguirá se harmonizar pela permeabilidade.

Então, se não há antagonismo de classe, tão pouco haverá problemas na lógica da política realizada na colônia. A centralização que pretendiam realizar os grupos sociais das décadas de 20-40 com fins ao fortalecimento do Estado é uma desnecessidade e até uma afronta ao regime democrático que aqui perdurou, já que o respeito à descentralização regional e aos poderes locais, teria possibilitado a observância da democracia no Brasil, sempre segundo este autor.

Estamos bem constituídos socialmente porque no balanço final, a colonização portuguesa fora positiva e, sem dúvida alguma, logrou estabelecer no Brasil o ‘equilíbrio’ correlato à noção de ‘permeabilidade’, de onde advém,

principalmente, a nossa democracia racial, a ponto de afirmar que a mobilização social sempre teria existido (BASTOS, 1986). Ou de provar a inexistência do conflito pela afirmação de que a nossa história teria se constituído sem rupturas drásticas e sempre de modo pacífico. Assim, a nossa democracia não se faz por causa da existência de um estado de direito, e de liberdades individuais e acesso aos direitos sociais, mas por causa de uma acomodação de opostos. Negar o conflito é negar a noção de dominação sofrimento, desigualdades de uma minoria em relação a uma maioria. O conflito é visto superado através da harmonia que se estabelece entre opostos.

Embora nos diga Holanda (1995) de nosso 'horror às soluções violentas', em oposição aos autoritários, que enxergam as massas como irracionais e perigosas, ambos defendem a inorganicidade do espaço público brasileiro; ou, em outras palavras, a insolidariedade provinda de termos sempre orbitado em torno de um poder de mando personalista; que é, na ausência do Estado, a prevalecer o poder econômico local concentradamente ao político. A 'política de clã' de Vianna e o 'familismo' de Holanda são os institutos do privatismo advindo do nosso mal de origem maior, o patriarcalismo. Dias, citando Holanda nos diz que,

"A exacerbação do personalismo, o preconceito contra o trabalho manual, o aparelho de estado precocemente fortalecido no império, quando a sociedade ainda era escravista, opunham os dois mundos cujo confronto já era iminente - uma sociedade nova que se urbanizava e um estado arcaico aferrado a princípios ditatoriais" (DIAS, 1998:24).

Como já observado anteriormente, o personalismo em Buarque de Holanda substitui a solidariedade orgânica porque aquela se torna o fator civilizador no Brasil: impossibilitados que estamos em desenvolver um espaço público autônomo que se organize em torno de uma hierarquia funcional de organização da vida social, alicerçamos nossa vivência do mundo sob os vínculos afetivos de reciprocidade e dependência. Por não termos nos formado através de fórmulas coletivas de organização, apresentam-se túbias as nossas instituições. (HOLANDA, 1995). Porque o primeiro unificador fora representado pelos poderes locais, padeceríamos tanto do personalismo quanto da 'centralização' de poder excessivo, o que teria nos transformados em massa facilmente sugestionável tanto quanto somente passíveis de organização através de uma força autoritária externa (DIAS,

1998): ‘em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida’ (HOLANDA, 1995:32), pois que nos curvamos a uma autoridade pessoal, mas não nos submeteríamos facilmente às leis e institutos. Daí a nossa impossibilidade de atender aos ditames liberais, tanto quanto do nosso maior mal-entendido, a democracia.

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmo privilégios que tinham sido no velho mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (...). Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós” (HOLANDA, 1995: 119).

Não podemos concluir disso que Buarque de Holanda defende a ‘solução autoritária’ como meio de contenção do privatismo, da ‘tibieza de nossas instituições’ e ‘insolidariedade da vida pública’, mas contribui para a formação de um ethos do espaço público no Brasil quando formula suas questões sobre a identidade nacional em torno do patriarcalismo que teria nos legado um estado de coisas onde a autoridade fosse o único modo de retermos a influência do paternalismo.

“Assim, o diagnóstico para Buarque de Holanda resultava iniludível: se a civilidade é o pré-requisito social da democracia ou, em outros termos, condição de possibilidade pré-política da constituição do espaço público, então o dilema da sociedade brasileira era que ainda não tinha conseguido se desvencilhar da sociabilidade do homem cordial, apesar das transformações em curso havia três quartéis de século, - permanecendo presa à tradição patriarcal enquanto rumava para as transformações de suas características demográficas, econômicas e políticas. Em consequência, enquanto não avançassem o suficiente os processos de mudança, enraizando seus efeitos ‘antifamiliares’ no seio da sociedade, nela continuaria a operar o ethos público, de forma constante e sistemática, contra a possibilidade de se constituir a sociedade democrática e o próprio espaço público” (LAVALLE, 2001:116).

Oliveira Vianna também se oporá ao regime democrático implantando no Brasil que, segundo ele, não se coadunaria a nossa cultura política rudimentar, que em termos psicossociais nos teria delineado como a – politizados (BRESCIANI, 1998). A política de massa da democracia por si só já é irracional, implantá-la no Brasil onde não há cidadãos que pudessem suportar o encargo da vida pública é o mesmo que estabelecer o divórcio entre o Estado e a sociedade. As formas institucionais de um não corresponderiam às necessidades do outro. Visto por este ângulo, a sociedade e o Estado, o primeiro deveria se estabelecer sob a guarda

tutelar do segundo (LAMOUNIER, 1997), como forma de ver restabelecida a unidade e a ordem no estado brasileiro que se via sempre em disputa pelos poderes locais.

O Estado, representado por uma elite orgânica - nacionalista, esclarecida e técnica, é, no Brasil, o único capaz de sobrepor-se aos interesses particulares e apresentar-se como representante simbólico de toda a coletividade, presente na nação (LAMOUNIER, 1997). O autoritarismo apresentar-se-ia como solução de ordem porque deixados sozinhos não nos organizaríamos nunca, esta forma social não está inscrita em nossa identidade cultural e, portanto, em nosso ethos público. Assim, a solução autoritária apresenta-se, segundo Vianna, mais como uma necessidade estrutural que conjuntural, ou seja, não pode ser vista como técnica de intervenção da realidade, cujo uso se desgastaria com o tempo, mas a constituição mesma das nossas instituições políticas haja vista que as formas sociais devem ser congênicas à sociedade.

O *status* do conflito para o pensamento autoritário é de doença social que deve ser combatido de forma repressora. Na medida em que a democracia no Brasil estabelecia uma arena política pautada no conflito, ela deveria ser posta à crítica porque uma sociedade orgânica onde todos representam bem seus respectivos papéis, não estaria sujeita a presenciar conflitos sociais. Se estes emergem é porque o Estado não cumpre o seu papel de organizador dos interesses coletivos, pois que desta intervenção autoritária estaríamos faltosos. A sociedade civil, os partidos políticos, os interesses coletivos só se organizam porque representam interesses particularistas, já são vistos, a priori, como sintomas do abandono do Estado, e não como interesses legítimos organizados organicamente. Eles não podem estar inseridos numa arena pública que preveja o conflito como inerente a ela, visto que não há nem cidadãos, nem arena pública, apenas o privatismo.

O conflito social negado pela sociologia de Freyre aparece também respaldando o pensamento autoritário, embora ele apresente esta ausência como sintoma da democracia, já que reitera a noção de que, no Brasil, os conflitos ou se acomodam, desaparecendo, ou não são legítimos haja vista a nossa potencialidade

em contorná-los; assim, acabam sempre se apresentando como irracionais, “por esse motivo as tensões no Brasil não se explicitam em termos de conflitos que emergem em movimentos sociais” (BASTOS, 1986:75). Buarque de Holanda conseguia perceber em que termos ocorriam esta negação, e procurará demonstrá-la a fim de evitar que as formas de repressão social continuem prevalecendo, segundo ele, “seria preciso mudar as relações entre política e sociedade, que insistiam em manter traços arcaicos herdados da colonização portuguesa e do império. Estes traços arcaicos se caracterizavam por uma tendência a esconder e a conter qualquer manifestação de conflito” (DIAS, 1998:24).

“Este projeto homogeneizante consistia numa missão de controle social, disciplinadora e civilizadora das imensas desigualdades sociais herdadas da sociedade escravista. Era impossível dentro dessa visão de sistema, de equilíbrio maior de uma sociedade, que se via do prisma do poder, chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos, conjunturas que envolviam modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos” (DIAS, 1998:12).

Embora esteja a par dos discursos que pretendem pôr em plano outro, que não o do conflito, os nossos movimentos sociais e reivindicações legítimas do que hoje chamamos de sociedade civil, que sempre estiveram presentes e, inúmeras vezes, (GOHN, 2001) dissociadas da cooptação estatal, o problema que surge na formulação de Buarque de Holanda e nos autores contemporâneos é a transformação das mazelas da colonização em herança cultural do brasileiro.

Ainda que a escravidão, a modernização autoritária (ou o mudar conservando), e a concentração de poder político e econômico tenham obliterado o desenvolvimento de uma vida pública como idealizaram os intelectuais do início do século passado, apontar os possíveis defeitos e vicissitudes, ou até a própria ausência do espaço público que é apenas extensão da vida privada, como consequência de uma cultura política brasileira imersa em maldita herança de cultura portuguesa, torna-se destino impossível de ser superado, haja vista o fato de que cultura, neste sentido, nos lega apenas uma possibilidade da brasilidade ou da ‘cultura brasileira’ e conduz mesmo os críticos da ‘ideologia do caráter brasileiro’ a reportarem-se ao ethos como defeito congênito de nosso espaço público com o qual

teremos ainda que conviver por muito tempo. Mesmo porque nada mais se torna passível de constatação além do nosso privatismo.

“Destarte”, a ponderação da ausência de uma vida social favorável à implantação de normas de convivência civilizada, da primazia esmagadora dos interesses senhoriais na vida política, assim como das artificialidades do mundo das formas institucionais, jurídicas, políticas e ideológicas, aparece amiúde embasando diagnósticos acerca de um espaço público cuja especificidade é ‘não ser universal, abstrato e impessoal’. 30

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

“A gente não sabemos escolher presidente”.
A gente não sabemos tomar conta da gente
A gente não sabemos nem escovar os dente
Tem gringo pensando que nós é indigente”¹⁵

As conclusões referentes ao estudo realizado sobre a construção de uma identidade nacional para o Brasil foram surpreendidas pela minha primeira intuição de que a permanência de um ethos da vida pública brasileira ligava-se a um discurso cujos construtores falavam ‘de cima’, olhando apenas de soslaio para ‘baixo’. De que continuávamos reproduzindo, através de discursos (midiáticos, intelectuais, jornalísticos, artísticos) e de imagens e representações sociais, transmitidas pela TV e outros meios de difusão de cultura, a impossibilidade da vida pública no Brasil, mediante a ‘nossa’ incapacidade de ‘brasileiros’ em atuar na arena pública como republicanos e cidadãos.

E que embora tenhamos tido óbices à plena republicanização do nosso espaço público (como de certo o idealizaram intelectuais, como Buarque de

¹⁵ “INÚTIL”, canção da banda pop-rock brasileira ‘Ultraje a Rigor’, composição de Roger Moreira, 1983.

Holanda) a observância de movimentos sociais autonomizados, em todos os períodos da história brasileira (GOHN, 2001), aponta para o fato de que talvez a nossa vida pública estivesse sofrendo de mais uma ‘anomalia’ além daquelas referentes ao privatismo: dissimulava-se através do ethos. Ou seja, no bojo do discurso da ausência de um espaço público realmente autônomo, resta à sociedade civil um papel menor no processo político. Nem seus movimentos em direção à obtenção dos direitos e de participação política, quanto menos seus êxitos são apropriados pelo discurso dos enunciadores da nossa identidade nacional, que possuem um lugar de fala privilegiado na nossa estrutura de poder (FRANÇA, 2002) (e aqui nos referimos a diversos setores da sociedade, como a mídia p.ex.).

Para PAOLI (2003) o fator explicativo que pondera sobre a importância deste ethos para o discurso sobre a vida pública brasileira e as formas de repressão estatais e ideológicas aos movimentos sociais, é a ‘violência’.

“Uma violência que exclui e desrealiza, a cada vez, as tentativas de fazer valer as práticas e os valores de um espaço público e político que, esboçado sempre que demandas coletivas organizadas aproximam-se de criar palavras e espaços autônomos de práticas e reflexão conjuntas” (PAOLI, 2003:164).

O discurso que nos impede mesmo de visualizar a existência de povo na Colônia e de uma sociedade brasileira, quiçá organizada, no Império e na República constitui-se de matéria das formas impeditivas do aparecimento e reafirmação de valores da alteridade, do outro, (FRANÇA, 2003) daqueles de quem falam os ‘mediadores simbólicos’, ainda mais quando nestes discursos vemos repostas a lógica do ethos, que, como nos diz Lavallo (2004), eivada de vícios (conjunto de falhas e ausências) porque “afirmação daquilo que não é ou como negação do que deveria ser”.

Assim, “teria sido construído um ‘espaço público não-público’, uma pertinaz ‘indistinção entre o público e o privado’ um ‘espaço público privatizado’ - negação, não configuração e positivação pervertida do modelo, respectivamente”. (LAVALLE, 2004:158). E que “todavia, quando utilizado, continua a apelar para a presença de certa continuidade que justifica as

causas da incivilidade na vida pública ou, melhor, da inexistência de vida pública autêntica” (ibidem). Daí a violência do discurso que não recruta, não consegue perceber o recrutamento da sociedade civil, e mesmo o obsta através do discurso da sua inexistência.

Paoli nos diz que, dos recentes estudos da historiografia sobre os movimentos operários na república velha,

“A relativa secundariedade da presença dos trabalhadores organizados no âmbito da política não vinha de nenhum fator estrutural determinante de sua impotência, nem de enganos ‘inatos’ a sua cultura, experiência, escolhas estratégicas e formas de ação, e sim da continuada destruição de sua visibilidade como reflexão e ação” (PAOLI, 2003:172).

Que como vimos no capítulo 4, se estendem, os movimentos sociais, por uma sociedade escravocrata até à modernização do Estado brasileiro, sendo alijados da possibilidade de mostrar suas demandas e projetos próprios de organização, mas também pela recorrência da violência institucional, que impossibilita a entrada destes atores no cenário político. E que teria se mostrado legítima pela impossibilidade de contê-los, mas que não ocorre devido à nossa modernização autoritária que logrou o conluio entre a elite agrária e industrial, impedindo a modernização pela via burguês-liberal ou até revolucionária. “O longo período da era Vargas introduziu a dissociação entre interesses privados, direitos sociais e ação política por meio da subordinação dos conflitos políticos do mundo do trabalho à visibilidade de uma obra pública do Estado, tendendo-se a centralidade política da luta por direitos sociais a definir-se pela realização do próprio estado. (PAOLI, 2003:179).

“Mesmo quando a importância das indústrias manufatureiras se expandiu, a resistência patronal e o descaso governamental em estabelecer a figura do contrato social pleno, no mundo proletário em formação, parecesse ter sido regra. Essa postura marca certos projetos nascidos no mundo dos trabalhadores de então: o de constituir universos próprios, comunitários, com condições de ser inteligíveis para a população que se proletarizava, como demonstra o forte acento cultural de certas organizações de anarquistas” (PAOLI, 2003:176).

Assim, elegemos estes dois fatores como os registros mais importantes para que possamos entender as formulações sobre a nossa vida pública nas décadas de 1920 a 1940: o modo como é engendrado o nosso ethos, tendo

como fulcro a identidade nacional, e a sua assombrosa reapropriação como categoria explicativa do público até nossos dias, como também o seu processo de invisibilidade sofrido pela lógica elitista e de caráter privatista deste mesmo ethos.

A título de exemplificação, listarei algumas “pérolas” (encontradas por mim, como também por outros autores) de intelectuais que embora estejam rediscutindo os valores que nos lega o ‘caráter brasileiro’, reproduzem, a título de denúncia sobre nossa cultura política autoritária, o caráter oligárquico, familista, privativo das relações sociais no âmbito da política no Brasil. É que embora sejam críticos dos discursos em busca da identidade nacional, “a força inicial do ethos emanou de sua subordinação a um discurso inovador e bem-sucedido sobre a originalidade da matriz cultural que constitui o fulcro da identidade nacional” (LAVALLE, 2004:148), cuja contínua reapropriação decorrerá, “em algum grau, da cristalização em larga aceitação de (auto) representações acerca da sociabilidade incivil imperante no país” (LAVALLE, 2004:152).

Os vínculos entre o ethos público e sua lógica originária são hoje tão pouco evidentes que não é raro se deparar com extraordinário paradoxo. Não pareceria congruente se opor de forma rotunda ao debate afirmativo sobre a brasilidade, caracterizada como recurso ideológico dos autoritarismos políticos ou como mistificação de consequências indesejáveis, e simultaneamente sustentar concepções emanadas desse debate acerca das características da vida pública no Brasil. Ainda assim, não são raras as análises que esgrimem tanto a crítica contra as idéias da identidade nacional-quanto à defesa de diagnósticos deduzidos a partir da lógica do ethos, atribuindo-lhes o estatuto de conceituação pertinente sobre os traços mais sobressalentes da vida pública” (LAVALLE, 2004:134).

Como não apenas incorrem nos usos do ethos, muitos destes mesmos intelectuais estarão preocupados em denunciar por que meios se fazem o discurso da ‘inexistência’ deste espaço público, em duas acepções diferentes: a referente à sua invisibilidade e daquela que não se constitui devido às políticas estatais que procuram obliterá-las.

“De qualquer modo, ainda é muito possível reconhecer a tese de que persiste, em interação com os traços modernos, o privilegiamento das interações privadas herdadas da formação histórica brasileira. E, por mais simpáticas e criativas que sejam, faz-se necessário superá-las para que seja possível a criação vigorosa de uma sociabilidade pública democrática capaz de retirar a sociedade das armadilhas que a enredam em uma ampliada lógica privada, cujos valores, repostos em todos os terrenos da vida social, são

antipolíticos e antipúblicos. Em muitos sentidos, esse foi o desafio da república, inaugurada quase juntamente com o projeto moderno brasileiro de industrialização e urbanização. O que, segundo nossos pensadores, queria dizer desprivatizar-se ou republicanizar-se” (PAOLI, 2003:171).

Assim, em ‘Mito fundador e sociedade autoritária’, Chauí (2000) conclui, a despeito de ter tratado do tema do caráter brasileiro e da identidade nacional como ideológicos, a-temporâneos, construtos que servem de mascaramento dos conflitos sociais, que a sociedade brasileira teria se tornado em seus institutos, uma ‘sociedade autoritária’ por si mesma, independente da forma de governo vigente, visto que, dela provem as diversas manifestações do autoritarismo político porque adviriam do seu processo político peculiar: “estruturada pela matriz senhorial da colônia, estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, pela indistinção entre o público e o privado, realizando práticas alicerçadas em ideologias de longa data, como as do nacionalismo militante apoiado no ‘caráter nacional’ ou na ‘identidade nacional’ que mencionamos anteriormente, somos uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira. Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa, são sinônimos de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como resposta única a repressão policial (CHAUÍ: 2000: 89-95).

Para Roberto Da Matta, antropólogo brasileiro legatário dos estudos de Sérgio Buarque de Holanda, creditar à modernidade o papel de transformação do nosso espaço público é erro tal qual o da importação das idéias, haja vista que se constitui em traços estruturantes da vida pública brasileira a sobrevida de uma dualidade dos nossos institutos: “legal”, universalista, individualizante, de aspirações democráticas e igualitárias, e a um só tempo hierárquico, relacional, explorador, desigual, particularista, personalista ou constituído sob o primado da intimidade (LAVALLE, 2004:145), herdados, claro de nossa formação colonial:

“Na tentativa de reverter tais deturpações e de constituir um espaço público efetivamente moderno, teria se acreditado desmedidamente na capacidade transformadora da lei; entretanto, essa confiança quase cega, associada ao esquecimento da singularidade cultural do país, apenas teria contribuído para o fortalecimento do mundo da casa, do personalismo, da ‘supercidadania doméstica’, enfraquecendo o princípio funcional do mundo público - ‘subcidadania’ da rua” (LAVALLE, 2004:146).

Daí nosso erro maior, já que segundo MOTA, “no plano da historiografia, em termos de importações, continua-se a copiar ou glosar, nesta área periférica, os aspectos mais exteriores das produções dos centros hegemônicos” (MOTA: 1990:25). O que possa ser explicado pelo predomínio do patronato do estamento burocrático que teria frustrado o aparecimento da genuína cultura brasileira, segundo Raymundo Faoro; já que, para ele, a existência de um “povo inculto que não conhece a administração pública, nem a revolução lhe é deixada, usurpada pelas baionetas que a substituem, com elegância, pelo golpe de estado” (MOTA, 1990:179 apud Faoro), torna-lhe impossível qualquer manifestação cultural e política genuína. E, finalmente, Mota (2000) comentando o trabalho de Leite (1983) nos diz de sua ingenuidade ao se considerar alguém que teria superado a ideologia do caráter nacional: “nos momentos em que apregoa o fim das explicações através do ‘caráter nacional’, ele cria uma utopia de um ‘povo livre’ (ou melhor, tão livre quanto às populações dos países industrializados capitalistas), um ‘brasileiro’ à altura dos povos desenvolvidos” (MOTA, 1990:244).

Fator de difícil observação haja vista nossa herança colonial inapta a constituir aqui uma sociedade com um povo que lhe pudesse servir. Assim é que, um autor insuspeito de qualquer alinhamento à corrente autoritária como Caio Prado Junior, em sua tentativa de se desvencilhar dos ensaísmos a formação histórica e política brasileiros, apontará a sua busca inútil de atores que pudessem ser o embrião da mudança, já que.

“A análise de prado Junior não economiza adjetivos para expressar sua indignação com a situação dessa gente ‘livre’, segundo uma descrição forte que, paradoxalmente talvez, a desqualifica completamente como incapaz de pertencer a qualquer coletividade. (...), portanto, são incapazes de ação, mesmo expressando-se como grupos inorganizados e marcando sua presença. De fato, a análise do autor lista esses

movimentos expressivos dos homens livres não como ações reconhecíveis, mas como 'bandos turbulentos' ou 'vadios perigosos ou nocivos'" (PAOLI, 2003:169).

A que serviria este trabalho de recuperação dos movimentos sociais invisíveis se não a atenuar as consequências indesejáveis do ethos? Ainda, não existe aqui uma defesa da sua inadequação total ou impossibilidade de compreensão do nosso espaço público pela transposição do público pelo privado, por exemplo; mas é que no âmbito desta monografia não privilegamos o estudo da vida pública brasileira de como ela é, foi ou deve vir a ser, idealizada ou realisticamente. Importa-nos compreender em que medida movimentos permanecem subterrâneos porque aplainados pela violência, pelos óbices impostos, pelo discurso, estatal e outros, de sua ilegitimidade e até impossibilidade; enfim, pelo ethos, ressignificado e reapropriado como categoria explicativa sem nos darmos conta do seu pertencimento a uma determinada tradição intelectual que fora, em grande medida, autoritária, como também de que pode não vir a explicar satisfatoriamente movimentos que por ventura emirjam.

"Aqui, a interpretação historiográfica arranca a vida, e as ações sociais coletivas e localizadas, do particularismo e da desimportância a que estavam relegadas, transformando essa vida que se movimenta e reivindica direitos em componente essencial de compreensão das possibilidades e dos impasses republicanos e democráticos" (PAOLI, 2003:174) (...) "com a pesquisa sobre a história das mulheres, com a revisão crítica, baseada em novas fontes, da história da escravidão e da abolição, com o questionamento da própria imagem da colônia, mostrando mais vida, atores e pluralidade do que se supunha (...)" (PAOLI, 2003:173).

"A ausência sistemática de estudos sobre movimentos sociais de porte (balaçada, farroupilha; 1930) e de linhagens ideológicas significativas passa a ser um dado essencial que esta a indicar a omissão exemplar em relação a temas centrais que deveriam marcar o travejamento central dessa cultura" (MOTA, 1990: 287). Para tanto, apontamos os movimentos que a historiografia republicana salienta como:

Os movimentos urbano-populares:

"A revolta tenentista e Luis Carlos prestes, 'tinham também a esperança de chamar para si a atenção do governo, facilitando o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos, 'teve efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos

com a elite dirigente. ' Em 1910, a revolta da chibata, em 1904, a revolta da vacina, movimentos populares antes que operários" (FAUSTO: 2001:173).

Os sindicais:

"Durante a Primeira República as lutas sociais urbanas se acirram no Brasil (...). Organizações anarco-sindicais conviverão com as associações de auxílio mútuo; lutas pelo rebaixamento dos gêneros alimentícios estarão ao lado de reivindicações por salários, jornada de trabalho, assim como pelo congelamento de aluguéis, a forma predominante de moradia no período" (GOHN, 61).

Os movimentos urbanos de classe média:

"Na primeira república teremos também a emergência das camadas médias enquanto atores básicos nos cenários das lutas e manifestações nacionais, especialmente na década de 20. Quer sejam membros dos estratos inferiores dessas camadas, como os tenentes-militares, quer sejam membros com certo grau de *status* social, como alguns funcionários públicos, no período assinalado vários movimentos emergem a partir de ações coletivas das camadas médias, como o Tenentismo, o Modernismo etc." (GONH,62-63).

O Populismo:

Que em trabalho de revisão tanto do conceito quanto do processo político, GOMES (2001) aponta o papel imprescindível das massas como ator incontestável neste processo, bem como, sua relação com o Estado, sempre sendo pensada sob novas bases. As massas urbano-industriais não eram atores cooptados e apenas aceitos na ordem devido a sua força eleitoreira e pelo fato de ter se tornado já o maior contingente populacional brasileiro. Para a autora, a classe trabalhadora como sujeito, realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades. Ou seja, em análise dos processos no qual se dava o 'populismo' como o cita WEFORT (1980), ela preferirá substituir o conceito pelo de 'trabalhismo', tendo em vista o fato de que as massas e os sindicatos estarão quase sempre trabalhando a que 'as trocas', quando ocorrem, venham de forma consentida e não apenas pelo que ficou denominado como cooptação. A via de mão dupla estabelecia-se quando das brechas do sistema, e também porque dentro da 'cooptação', a 'relação de trocas' não deixa de existir. E as massas souberam usar isso para fazer valer suas reivindicações. O consentimento do estado quanto à legação de direitos não é, sob este ângulo, cessão que ocorre sem nenhuma participação daqueles a quem se destinam.

E até aqueles movimentos que tardiamente chegaram a nós tanto pela sua originalidade quanto pelo fato de terem sido vozes abafadas na aguerrida busca do discurso único da identidade nacional:

“Não obstante, a ocultação pública do real mundo do trabalho e dos pobres da cidade engendrou, nesses próprios espaços regidos pela necessidade, movimentos associativos dirigidos por diversas linhas de identificação comunitária: origens nacionais e étnicas, locais de moradia ou de trabalho e relações de vizinhança. Deles surgiram, simultaneamente, as referências concretas de sociabilidade popular e trabalhadora – associações de ajuda mútua e beneficentes, eventos de resistência contra despejos e carestia de vida e as várias organizações sindicais que, em sua expansão conflitiva, foram ficando visíveis para a cidade e a sociedade. Com tais ações e ‘contradiscursos’ ao estilo de dominação vigente, a república apareceu sob a luz de um contexto profundamente conflitivo que, em ciclos grevistas e protestos públicos por uma década, estoura na greves de 1917-1919 e em seus efeitos políticos nos anos 1920” (PAOLI,2003:178).

Concluimos, mais uma vez, da problemática em se usar o ethos como categoria explicativa da vida pública, tendo em vista as diversas manifestações de tentativa de inserção no espaço público brasileiro, quando não de autonomia e organização própria desses grupos aliados de direitos sociais, poder de fala e agência no mundo. Também devido à invisibilidade que causa o discurso do ethos da vida pública anômala. Da revisão historiográfica sobre estes movimentos, de operários, de mulheres, de grupos quilombolas, étnicos, de sindicatos ao longo do século XX, e, até, dos ‘novos movimentos sociais’, concluimos também que *‘Nós não somos inúteis’*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto FREYRE e a questão Nacional”. In: ANTUNES, R. e FERRANTE, V. (org.). *Inteligência brasileira*. SP, Brasiliense, 1986; pp. 43-76.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Forjar a Identidade Brasileira nos anos 1920-1940”. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso. Cultura brasileira como apagamento de rastros*. SP, Ed. Unesp, 1998; pp.27-61.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Identidades inconclusas no Brasil do século XX - fundamentos de um lugar-comum”. In: BRESCIANI, M. S. NAXARA, Márcia (orgs.). *Memórias e (res)sentimento*. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella. “Brasil: liberalismo, republicanismo e cidadania”. In: CAMILLOTI, Virgínia; NAXARA, Márcia; SILVA, TEIXEIRA, Fernando (orgs.). *República, Liberalismo, cidadania*. Piracicaba, ed. Unimep, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de . “O motivo edênico no imaginário social brasileiro”. *Revista brasileira de ciências sociais* No. 38. São Paulo, 1998; pp. 63-79.
- CHAUÍ, Marilena. *Mito Fundador e sociedade autoritária*. SP, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de HOLANDA”. In: CÂNDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de HOLANDA e o Brasil*. SP, Fundação Perseu Abramo, 1998; pp. 11-27.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp. Imprensa oficial do Estado, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala* (1933). 4º. ed.RJ, Record, 2000.
- Gohn, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania*. 2ª. Ed. SP: Loyola, 2001.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. SP, Cia. Das Letras, 1995.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* SP, Ática, 1994.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga (org.) *Imagens do Brasil. Modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2002.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil republicano), Vol. 2 (Sociedade e instituições (1889-1930)). RJ, Bertrand Brasil, 1997; pp. 345-374.
- LAVALLE, 2004, Adrián Gurza. *Vida pública e identidade nacional*. SP, Globo, 2004.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. SP, Alfa-Ômega, 1993.
- LEITE, Dante Moreira. *caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia*. 4ª. edição definitiva. São Paulo, Pioneira, Editora, 1983.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP, Difel-Difusão Européia do Livro, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). Pontos de partida para uma revisão histórica*. 6º. ed. SP, Editora Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5º ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. "Movimentos sociais, movimentos republicanos." In: CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia; TEIXEIRA, Fernando. *República, liberalismo e cidadania*. Piracicaba, SP, Ed. Unimep, 2003; pp. 163-189.
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. SP, Ática, 1990.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: FAUSTO, Boris (dir.). *História geral da*

civilização brasileira. Tomo 3 (O Brasil republicano), Vol. 1 (Estrutura de poder e economia (1889-1930)). Rj, Bertrand Brasil, 1997; pp. 155-190.

- PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de OLIVEIRA Vianna, Sérgio Buarque de HOLANDA, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 -1940)*. SP, Ed. 34, 2000.

- REIS, Elisa Pereira. "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 25, n.3, 1982; pp. 331-337.

- VIANNA, F. OLIVEIRA. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília, Senado Federal, 1999.

- VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos. Os intelectuais e a editora civilização brasileira*. 1996. Tese de doutoramento. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, Junho de 1996.

- SCHWARZ, Roberto. "As idéias fora do lugar", em *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BOSI, Alfredo. “Moderno e modernista na literatura brasileira”, “Situação de Macunaíma”, em Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1988.
- CAMPOS, Francisco. *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. 3º. Ed. RJ, J. Olympio, 1941 (reeditado pelo Senado Federal, edição de 2001).
- DUTRA, Eliane. *Imaginário político no Brasil dos anos 30*. RJ, Ed. UFMG, 1997.
- FAUSTO, Boris. “A crise dos anos vinte e a revolução de 1930”. In: *História geral da civilização brasileira*. Tomo 3 (O Brasil republicano), Vol. 2 (Sociedade e Instituições (1889-1930)). RJ, Bertrand Brasil, 1997; pp. 401-426.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. O intelectual, um personagem histórico. *Debate e Crítica*. N. 5. SP, 1975; pp.126-138.
- GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. RJ, Civilização Brasileira, 2001; pp. 17-58.
- IGLÉSIAS, Francisco. “A propósito da historiografia brasileira”. *Debate e Crítica*. N. 5. SP, 1975; pp. 119-126.
- LAFETÁ, João Luiz. “Estética e ideologia: o Modernismo em 30” em *A dimensão da Noite*. São Paulo: Duas cidades: Ed. 34, 2004.
- MANHEIM. Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectivas, 1974.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. RJ, Paz e Terra, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, “Nacional por Subtração”, em *Que horas são?* São Paulo: Campanha das Letras, 1987.

ANEXO I

PERIODIZAÇÃO PROPOSTA POR DANTE MOREIRA LEITE

I - A fase colonial: descoberta da terra e o movimento nativista (1500-1822).

II - O Romantismo: a independência política e a formação de uma imagem positiva do Brasil e dos brasileiros (1822-1880).

III - As ciências sociais e a imagem pessimista do brasileiro (1880-1950).

IV - O desenvolvimento econômico e a superação da ideologia do caráter nacional brasileiro: a década 1950-1960.

FONTE: Leite, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia. São Paulo, Pioneira, 4ª edição definitiva, 1983.

<p>SILVIO ROMERO (1851-1914)</p> <p>Características psicológicas do brasileiro</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. apático 2. sem iniciativa 3. desanimado 4. imitação do estrangeiro (na vida intelectual) 5. abatimento intelectual 6. irritabilidade 7. nervosismo 8. hepatismo 9. talentos precoces e rápida extenuação 10. facilidade para aprender 11. superficialidade das faculdades inventivas 12. desequilibrado 13. mais apto para queixar-se que para inventar 14. mais contemplativo que pensador 15. mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes que de idéias científicas e demonstradas <p>Qualidades da vida intelectual brasileira</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. sem filosofia, sem ciência, sem poesia impessoal 2. palavreado da carolice 3. mística ridícula do bactério enfermo e fanático 4. devaneios fúteis da impiedade, impertinente e fútil <p>AFONSO CELSO (1860-1938)</p> <p>Quadro das características psicológicas Brasileiro</p> <p><i>Positivas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. sentimento de independência 2. hospitalidade 3. afeição à ordem, paz, melhoramento 4. paciência e resignação 5. doçura, longanimidade e desinteresse 6. escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas 7. caridade 8. acessibilidade 9. tolerância (ausência de preconceitos) 10. honradez (pública e particular) <p><i>Negativas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 3. horror ao trabalho livre 	<ol style="list-style-type: none"> 1. falta de iniciativa 2. falta de decisão <p>} corrigíveis por educação</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. falta de firmeza 4. pouca diligência, pouco esforço corrigível por novas condições <p>Mestiços</p> <p><i>Positivas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. energia 2. coragem 3. iniciativa 4. inteligência <p><i>Negativas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. imprevidência 2. despreocupação com o futuro <p>Portugueses</p> <p><i>Positivas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. heroicidade 2. resignação 3. esforço 4. união 5. patriotismo 6. amor ao trabalho 7. filantropia <p>Negros</p> <p><i>Positivas</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. sentimentos afetivos 2. resignação 3. coragem, laboriosidade 4. sentimentos de independência <p>MANOEL BONFIM (1868-1932)</p> <p>Características psicológicas indicadas Brasileiros</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. parasitismo 2. perversão do senso moral <p>paciente e difícil</p>
--	--

<p>4. ódio ao governo</p> <p>5. desconfiança das autoridades</p> <p>6. instintos agressivos</p> <p>7. conservantismo</p> <p>8. falta de ob~ervação</p> <p>9. resistência</p> <p>10. sobriedade</p> <p>11. tibieza</p> <p>12. intermitência de entusiasmos</p> <p>13. desfalecimentos contínuos</p> <p>14. desânimo fácil</p> <p>15. tendência à lamentação</p> <p>16. facilidade na acusação</p> <p>17. inadvertência</p> <p>18. ausência de vontade</p> <p>19. inconstância no querer</p> <p>20. hombridade patriótica</p> <p>21. poder de assimilação social</p> <p>GILBERTO FREYRE (1900-1987)</p> <p>Quadro das características psicológicas de portugueses, índios, negros e brasileiros</p> <p>Portugueses</p> <p>1. flutuante</p> <p>2. riqueza de aptidões incoerentes, não práticas</p> <p>3. genesia violenta</p> <p>4. gosto pelas anedotas de fundo erótico</p> <p>5. brio</p> <p>6. franqueza</p> <p>7. lealdade</p> <p>8. pouca iniciativa individual</p> <p>9. patriotismo vibrante</p> <p>10. imprevidência</p> <p>11. inteligência</p> <p>12. fatalismo</p> <p>13. aptidão para imitar</p> <p>14. antagonismo de introversão-extroversão</p> <p>15. mobilidade</p> <p>16. miscibilidade</p> <p>17. aclimatabilidade</p> <p>18. sexualidade exaltada</p> <p>19. purismo religioso</p> <p>20. caráter nacional quente e plástico</p> <p>21. tristeza</p> <p>22. espírito de aventura</p> <p>23. preconceitos aristocráticos</p> <p>24. em alguns grupos, amor à agricultura</p> <p>25. continuidade social e gosto pelo traI negro,</p>	<p>Índios</p> <p>1. sexualidade exaltada</p> <p>2. animismo</p> <p>3. calado</p> <p>4. desconfiado</p> <p>Brasileiros</p> <p>1. sadismo no grupo dominante</p> <p>2. masoquismo nos grupos dominados</p> <p>3. animismo</p> <p>4. crença no sobrenatural</p> <p>5. gosto por piadas picantes</p> <p>6. erotismo</p> <p>7. gosto da ostentação</p> <p>8. personalismo</p> <p>9. culto sentimental ou místico do pai</p> <p>10. maternalismo</p> <p>11. simpatia do mulato</p> <p>12. individualismo e interesse intelectual permitidos pela vida na “plantação”</p> <p>13. complexo de refinamento</p> <p>Negros</p> <p>1. maior bondade</p> <p>2. misticismo quente e voluptuoso que enriquece a sensibilidade e a imaginação do brasileiro</p> <p>3. alegria</p>
---	---

ANEXO II

Muita terra para pouco dono

ou

O dono da terra

‘Nós somos uns desterrados em nossa própria terra’, conclui Sérgio Buarque de Holanda sobre nossa vivência do mundo. Brasileiros de antes, de hoje e de sempre, os estrangeiros colonizadores e os colonizados, não puderam construir em terras daqui uma pátria condizente com a que traziam na alma. Nosso povo mestiço, porque de origem étnica tão diversa constituía-se em produto cultural de outras localidades além-mar, não logrou conceber sua existência mundana e espiritual de modo pleno.

Já conhecemos os argumentos sobre o clima tropical em nada parecido com o europeu, as nossas florestas de mata fechada e que por isso dificultavam a agricultura, as doenças, e outros tantos problemas de gerência que tiveram os portugueses. Mais, além dos percalços oferecidos pela natureza, argumenta o autor, quiseram fazer no Brasil um transplante que não deu certo: o de arranjar em terras tupiniquins as instituições sociais e políticas da Portugal da época; e o método era simples, nada que baús cheios de papéis, vindos em navios, não pudessem resolver.

O cenário bizarro que se armava estava se delineando em nosso imaginário, uma terra tropical, com instituições européias! E ainda mais ‘exotic’: em um país de negros e índios! Sim, ‘demos errado’, não uma, mas três vezes; primeiro pela natureza que tinha atrapalhado a vida do português, outra, pela ‘cultura de transplante’, e uma mais pela incivilidade dos ‘outros’ que não poderiam compartilhar do alto grau de desenvolvimento das organizações sociais européias. O que é estranho nestes argumentos é que as tribos indígenas sempre foram brasileiras, já estavam acostumadas com a terra; e, como os grupos negros africanos, estavam organizadas politicamente. Ainda, se a gerência sempre veio ‘de cima’, onde é que eles tinham atrapalhado? Ou melhor, nós?

Mas era inevitável... O Brasil tinha que dar errado, muita miscigenação, muita gente querendo dar pitaco, muito gringo querendo estas terras, muitas culturas de transplante, de

negro, de gente daqui, de europeu, muita bagunça de brasileiro, muito muito. Verdade inconfessável, somos uns desterrados em nossa própria terra. Quem poderia dar certo no Brasil e aqui criar raízes culturais definitivas? Aqui que é terra de ninguém, e é ao mesmo tempo de tanta gente... E por certo tempo andamos trajando as vestes de Madame Bovary. Explico-me. Melhor, deixemos que Buarque de Holanda o faça, ele de novo, mas eu juro que não é implicância, principalmente porque não me incorreria na desaprovação de seu filho. É preciso respeitar o pai dos outros...

O Bovarismo foi uma espécie de mal do século, em XIX no Brasil. E parece-me acometia apenas as elites. Estas, ao que consta, ficavam desterradas duplamente. Por serem brasileiras, e isso já era motivo suficiente para o desterro, e pelo fato de, em pleno século de nossa independência, serem criadas para pensarem como cidadãos ingleses ou franceses. Quando já não iam à Europa formarem-se nas suas tradicionais universidades.

O bovarismo consistia em uma boa dose de melancolia, elemento indispensável a todo mal-do-século, nostalgia e alienação da realidade. Como o negro que deportado sofrerá do banzo, nossa ir-remediada geração de XIX parecerá ter sido transportada aos trópicos como fora um dia o sistema burocrático português. Aqui a máxima ‘a cabeça pensa onde o chão pisa’ se invertia para penso em francês, mas existo no Brasil e deixo de francesismos para me comunicar em tupi-português-guarani. E assim se compreendiam como ornamento, produto exótico em terra exótica. Aí é que entra a nostalgia, pois se ligavam intelectualmente, ou afetivamente, ao outro lado do oceano atlântico, e passavam sua existência a suspirarem pelos cafés e camemberts. Nas palavras de Buarque de Holanda, “tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde nossa vida verdadeira morria asfixiada. Comparsas desatentos do mundo que habitávamos, quisemos recriar outro mundo (o da evasão da realidade, a dura, a triste realidade) mais dócil aos nossos desejos e devaneios”. Em resumo, queriam ser o que não eram, e como Madame Bovary, negavam sua origem até o fim.

Será que hoje, porque ainda educados pelo que se convencionou chamar de cultura ocidental e, conseqüentemente, não termos conhecimento das tradições populares dos diversos grupos culturais brasileiros continuamos uns desterrados? Sem identidade definida e constituída e sem poder compartilhá-la com os outros, os verdadeiros brasileiros?

Constituímo-nos de influências culturais as mais diversas. Não há cultura alguma no mundo que tenha nascido e se criado sem se inter-relacionar com um outro. Na verdade, as que tiveram a infelicidade de nascerem sozinhas faleceram logo após o parto. O Brasil tem tradições culturais que lhe são particulares, mas Machado de Assis seria menos nosso porque amante de literatura francesa? E se não é o melhor de termos uma identidade, sabermos que se temos esta, podemos ter várias outras. E descartá-las e recuperá-las a qualquer tempo... Será?

Bem, o certo é que já nos pensaram como a ‘Jecas Tatus’ e somos hoje uma democracia eletrônica. Somos ou não somos uma democracia? E a Pedro Malazarte com sua cordialidade e bom humor que dava ao ‘jeitinho’ *quase* a aparência de solidariedade de grupo, o jeito que é de ‘a tudo dar-se um jeito’, através do amigo, do conhecido, do padrinho da concunhada do primo. Martim Cererê é a nossa visão do paraíso e do homem inocente e generoso, o bom selvagem. E há também Antonio Conselheiro que edifica um mundo em mundo novo; e Tiradentes e Zumbi, e todos os tipos que são nossos mitos de origem, que nos lembram da nossa quase arquetípica brasilidade.

E tivemos Macunaíma como herói de nossa gente, com sua preguiça e esperteza, com sua vontade de nada fazer e tudo ambicionar, mas somos reconhecidos por sermos trabalhadores e honestos. Como é isso? Aconteceria o mesmo com aquela passividade, que insistem em nos dizer não ser pacificidade, e que não é também princípio de tantas lutas sociais, desde uma Cabanagem do povo que toma o poder, até uma bem organizada greve sindical, tantas vezes presentes em nossa tão recente República.

Pois é, no fim da contas, o que é pouco sabido e raramente comentando, perdemos para sempre a Muiraquitã, somos e seremos sempre uns desterrados. Primeiro quando deixamos o útero materno e vamos residir em ambiente adverso. E depois quando descobrimos que “a terra está dentro do universo, mas o universo está dentro de onde?”

Somos e seremos sempre uns desterrados ou estrangeiros porque não há terra alguma que comporte cada um de nós, cada subjetividade aqui presente, com seus gostos, medos, desejos, *amor* e desamor que são o resultado último, a consequência final de todas as possibilidades de cultura e identidade que nos fazem brasileiros, ou apenas seres humanos. Até que, finalmente, resolvemos escolher nosso corpo como a única possível morada, já que

estamos sempre nos mudando e este *habitat* parece o mais seguro; e, certo modo, passível de conhecimento, e reconhecimento, que nos exige continuamente nossa subjetividade, sempre em constante reinvenção.

Aprendemos o que é ser brasileiro? Talvez sim, talvez haja em essência traços culturais que nos distingue de outros grupos culturais, e possibilite nosso mútuo reconhecimento. Talvez não, talvez não haja nada em definitivo; e como hoje podemos ser um, amanhã todas as possibilidades de existência encontram-se em aberto e poderemos reconhecer tantas tradições culturais quanto desejarmos, como também todas as possíveis soluções para o horizonte de nossos problemas. Talvez hoje, num tempo que começa e prossegue em seu caminho indelével, o homem cultural que somos possa agir e reagir ao mundo que lhe foi legado.

Ora, sejamos bovaristas, por que não? Reinventemos outra realidade para o Brasil. Mas cuidemos em acreditar piamente nesta nova verdade que se constitui, se arquitetada coletivamente, ainda que cada grupo e cada um a seu modo, não haverá ninguém a incorrer na loucura, acaso vivamos juntos o mesmo gozo.

Ou então nos inspiremos em Augusto Matraga que quando lhe chegou ‘sua hora e sua vez’ decidiu-se por realizá-la ao seu próprio modo: como o coração, já esquecido das desventuras do passado, lhe ordenava, e o momento presente, sempre tão exigente, lhe solicitava.